

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXIII • Nº 78

Poder Legislativo

Recife, terça-feira, 23 de maio de 2006

Alepe quer revisão de portaria que disciplina uso de toyotas

Comissão de Desenvolvimento Econômico promoveu audiência em Surubim para tratar assunto

A reivindicação para que seja revista uma portaria do Detran relativa à alteração das características dos veículos tipo Toyota, usados no transporte de passageiros, recebeu o apoio da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembléia. O colegiado esteve, na última sexta-feira (19), em Surubim, no Agreste, para promover uma audiência pública com toyoteiros de todo o Estado. Com a mudança, em vez de comportar 12 pessoas, os veículos não poderiam levar mais que nove passageiros. Na reunião, o diretor-presidente adjunto do Detran, Renato Lira, disse que encaminhou ofício ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), no dia 15, solicitando a revogação da medida.

"Desde a implantação da iniciativa, em setembro de



MOISÉS BARBOSA

PERNAMBUCO - Vinte municípios do Estado usam o serviços de toyoteiros para transportar a população

2005, das 7400 Toyotas registradas em Pernambuco, apenas 2600 foram regularizadas", informou o diretor. Lira registrou que o gover-

nador Mendonça Filho (PFL) também está empenhado nessa reivindicação. "Mas enquanto não houver uma definição do Denatran,

os toyoteiros em situação irregular não sofrerão penalidades", acrescentou.

Segundo o presidente da Associação dos Toyoteiros

de Pernambuco, Célio Roberto, 20 municípios do Estado usam a Toyota para o transporte de passageiros. "Além disso, somos res-

ponsáveis pelo desenvolvimento econômico da região Agreste", argumentou. Ele agradeceu o apoio da Comissão, destacando que a categoria espera uma solução satisfatória para o impasse.

O presidente do colegiado, deputado Alf (PTB), salientou a importância dos toyoteiros para o Agreste. De acordo com o parlamentar, o transporte de passageiros em Toyotas "é o mais eficiente da região e gera centenas de empregos". "Pretendemos ir a Brasília para cobrar uma resposta do Denatran ao ofício encaminhado pelo Detran de Pernambuco", afirmou Alf. Também participaram da reunião os deputados Sebastião Rufino (PFL), Antônio Figueirôa (PTB), além do deputado federal Gonzaga Patriota (PSB), prefeitos, vereadores e secretários municipais da região.

Manaus

Ana avalia conferência promovida pela Unale

Ocorreu na última semana em Manaus, no Amazonas, a 10ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais. O evento, promovido pela União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), procura estimular a integração e troca de experiências entre os deputados dos mais diversos Estados do País. A delegação de Pernambuco se fez representada pelos deputados Soldado Moisés (PSB), Ana Cavalcanti (PP) e Dilma Lins (PFL). Ana Cavalcanti agradeceu, ontem, ao presidente da Alepe, Ro-

mário Dias (PFL), pela liberação das funcionárias Sorcoro Vilaça, chefe do cerimonial, e de Graça Vasconcelos e Cássia Vilarim, da Assistência Legislativa, que deram apoio logístico à delegação.

A progressista também destacou, no Plenário, a importância do evento, que discutiu temas como a preservação do patrimônio nacional, mídia e opinião pública, Reforma Política e a igualdade entre as Assembleias Legislativas. As discussões sobre ética parlamentar e o lança-

mento de um manual de conduta para os membros do Legislativo também foram ressaltados. "Tais iniciativas estimulam novas práticas, como a coerência, o respeito ao outro, a transparência e a responsabilidade diante de momentos conflituosos", argumentou.

Durante o evento em Manaus, Ana Cavalcanti assumiu a presidência da Secretaria de Mulheres da Unale. No cargo que vai desempenhar pelos próximos seis meses, ela espera viabilizar, por meio de parcerias com

ONG's, comitês e sociedade civil organizada, "a capacitação parlamentar, o estímulo à participação feminina na política e ações públicas voltadas para a mulher". A deputada Teresa Leitão elogiou a escolha da progressista para a presidência. "Tenho certeza de que com o trabalho de Ana e seu compromisso com a causa das mulheres teremos uma excelente gestão ao longo dos próximos seis meses", destacou a petista. Soldado Moisés foi reeleito para integrar o Conselho Fiscal da Unale.



FERNANDO SILVA

PROGRESSISTA - Presidente da Secretaria de Mulheres

Operação Sanguessuga é avaliada no Plenário

Eurico questiona gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Denúncias de irregularidade na gestão do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltaram a ser tema de pronunciamento do deputado Pedro Eurico (PSDB). Na tarde de ontem, o parlamentar repercutiu o esquema de fraudes em compras irregulares de ambulâncias, que envolve diversos municípios e parlamentares, descoberto pela Polícia Federal durante a Operação Sanguessuga.

"Há um ano, surgia a Operação Vampiro, deflagrada pela Polícia Federal, que apurou fraudes em licitações no Ministério da Saúde para a compra de hemoderivados. Entre os vampiros, havia alguns do Recife, levados pelo ex-ministro da Saúde Humberto Costa. Agora, de acordo com a imprensa, investigações realizadas com a colaboração da Agência Brasileira de Inteligência (Abin),



FERNANDO SILVA

PF - Iniciativas como a Operação Vampiro foram citadas

o Ministério Público Federal apurou que as fraudes na aquisição de ambulâncias tiveram início durante a gestão de Humberto Costa. Os jornais apontam ainda que o caso foi iniciado pela servidora do Fundo Nacional de Saúde Alana Eneida Sarinho Araújo", destacou.

De acordo com Eurico, após o resultado da inves-

tigação, a funcionária foi demitida e o fato foi abafado para evitar desgastes políticos. "Alana deu origem ao caso, mas queria saber se ela fez parte da assessoria do ex-ministro e se é do Recife, porque na área da saúde, na época, as coisas sempre saíam daqui. O ex-ministro disse, semana passada, que nada tinha a ver com san-

guessugas. Porém foi na sua gestão que esses fatos ocorreram", afirmou.

Em aparte, o deputado Roberto Leandro (PT) negou que os casos de compra irregular de ambulâncias e os investigados tenham relação com Humberto Costa e ressaltou que foi o ex-ministro quem solicitou investigações para apurar indícios de irregularidades. Teresa Leitão (PT) lembrou a Eurico que, na época em que foi deflagrada a Operação Vampiro, diversos parlamentares saíram em defesa do então ministro, inclusive o presidente da Casa, deputado Romário Dias (PFL). Segundo a parlamentar, a conotação dada ao caso, na época, "não foi eleitoral, como ocorre agora". Alf (PTB) destacou que todas as denúncias levantadas estão sendo alvo de investigações e afirmou ser "uma injustiça querer associar os casos ao nome do ex-ministro".

Infra-estrutura

Brasília Teimosa ganha melhorias

FERNANDO SILVA



PCR - Leandro elogiou

"contribuindo com a mudança do cenário da orla".

Na ocasião, também foi lançada a pedra fundamental de mais uma Academia da Cidade. O projeto é da PCR e visa estender a oportunidade da prática de esportes para um número cada vez maior de pessoas. A obra será concluída em 60 dias. "Essas iniciativas demonstram as intenções de um Governo popular, comprometido com a melhoria do bem-estar coletivo", disse Leandro.

A conclusão da última fase de urbanização da Avenida Brasília Formosa, localizada no bairro Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife, foi destacada na Assembléia. Ontem, o deputado Roberto Leandro (PT) informou que participou, na última quinta-feira (18), da inauguração da obra.

"Foram investidos R\$ 1,1 milhão, numa parceria entre o Governo Federal e a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), para a implantação de sete quiosques. O objetivo é melhor servir aos turistas, moradores e frequentadores do local. O investimento proporcionará a recuperação da orla, transformando-a num lugar ideal para o lazer e a prática saudável de esportes", enfatizou o parlamentar.

O deputado petista lembrou a decisão do prefeito do Recife, João Paulo (PT), e do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de retirar as famílias da área,

Economia

Novas críticas à Secretaria de Turismo

A iniciativa do governador Mendonça Filho (PFL) de criar a Secretaria Estadual de Turismo foi novamente discutida no Plenário da Assembléia. Ontem, o deputado José Queiroz (PDT) afirmou acreditar que a matéria é mais um "factóide" criado pelo atual Governo. Para o parlamentar, a medida visa encobrir as denúncias que surgiram contra o presidente da Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur), Kléber Dantas.

"Dantas foi diretor da AD/Diper e, na sua gestão, houve questionamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre as contas do órgão. Agora, surgem denúncias em relação a irregularidades na Empetur e, logo após a divulgação desses fatos, o governador anuncia a implementação da pasta. Podemos ver que é uma armariação, uma forma simples para não deixar o Governo



FERNANDO SILVA

DENÚNCIAS - Queiroz citou gestão de Kléber Dantas

ser atingido com a exploração dessas denúncias", avaliou.

Queiroz ainda destacou que Mendonça Filho está negando a teoria administrativa de modernização defendida pelo ex-governador Jarbas Vasconcelos (PMDB), pois, com a nova estrutura, o Estado deverá gastar cerca de R\$ 1 milhão ao ano. O parlamentar lembrou que,

por diversas vezes, o pefelista afirmou estar preocupado em dar continuidade ao que estava sendo feito no Estado. "Mendonça Filho, no entanto, está a contradizer o que defendia o ex-governador. Se o Executivo queria dar continuidade, não precisaria criar a Secretaria, mas, somente, escolher um competente gestor para a Empetur. Acredito que com

essa iniciativa, Mendonça Filho nega a suposta eficiência da empresa", salientou.

Para Roberto Leandro (PT), em aparte, "a decisão é demagógica e tenta mostrar serviço em relação a setores que não foram contemplados durante os sete anos da gestão de Jarbas Vasconcelos". O líder do Governo, Pedro Eurico (PSDB), afirmou não ver contradição do Governo ao criar a pasta. De acordo com o parlamentar, "com a implementação de uma Secretaria específica, o Executivo prioriza ainda mais o turismo".

Teresa Leitão (PT) afirmou que "o Executivo não deixa que nada seja investigado". "O Governo usa de seus próprios mecanismos internos para corrigir as falhas e passar para a população que está fazendo as coisas com rigor administrativo".

Executivo

Liberato enumera ações em Caruaru

Em discurso na tarde de ontem, o deputado Roberto Liberato destacou realizações do Governo do Estado na cidade de Caruaru. A iniciativa da Universidade de Pernambuco (UPE) de implantar, a partir de junho, um curso superior de Marketing e Moda na cidade foi comemorada pelo parlamentar. Liberato destacou o empenho do reitor da instituição, Emanuel Dias, ressaltando que a iniciativa corresponde a uma "antiga reivindicação da população local".

O pefelista também citou a inauguração, em setembro, de uma unidade do Expresso Cidadão em Caruaru. A entidade deverá oferecer à população local serviços de triagem de documentos, entre outros.

O deslocamento da junta médica do Detran para as Ciretrans Especiais, pelo menos duas vezes por



FERNANDO SILVA

MARKETING - Novo curso

mês, no sentido de examinarem os deficientes físicos que desejam obter ou renovar a carteira de habilitação, foi uma das reivindicações do pefelista. "Atualmente, a junta médica do Detran funciona exclusivamente na sede do órgão, no Recife", declarou Liberato, que também solicitou ao Governo do Estado a eletrificação do Sítio Carrapicho, localizada em Alagoinha.

Combate à exploração sexual

Data marca mobilização contra o crime

Dezoito de maio, instituído nacionalmente como Dia de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, foi lembrado pela deputada Carla Lapa (PSB) como data de mobilização para coibir a violência sexual contra menores. A socialista enumerou as ações adotadas pelo Governo Federal para punir quem insiste nessa prática e prestou contas de sua atuação na Alepe para "garantir a integridade e dignidade de crianças e adolescentes".

A parlamentar destacou a atuação da Comissão Parlamentar Mista Interpartidária, instalada no Congresso Nacional, com a intenção de incentivar parlamentares a viabilizar ações efetivas contra o abuso sexual infantil. Carla Lapa ressaltou que, no último dia 18, foi assinado um termo aditivo de cooperação técnica entre o Brasil e os



FERNANDO SILVA

TÉCNICA - Carla Lapa citou parceria entre Brasil e EUA

Estados Unidos, a fim de que seja utilizada a mesma metodologia de trabalho para detectar e prender os possíveis causadores de constrangimentos a crianças e adolescentes.

A deputada informou que submeteu ao Poder Legislativo um projeto que institui o Programa de Assistência Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de

Violência Sexual e que solicitou ao então governador, Jarbas Vasconcelos, a adoção de medidas como a instalação de delegacias especializadas e o reequipamento das que existem; o atendimento diferenciado nos hospitais e a realização de políticas públicas preventivas. "Atitudes em conjunto podem fazer toda a diferença", afirmou.

Saneamento

Conjunto Rio Doce denuncia a Compesa

O deputado Alf (PTB) denunciou, ontem, que a Compesa está cobrando taxa de esgoto aos moradores do conjunto habitacional Rio Doce, em Olinda, sem estar prestando o serviço. "A estação de tratamento não está funcionando", disse, acrescentando que a cobrança, que nunca foi feita, vai aumentar as contas dos cerca de 50 mil moradores em 100%. O parlamentar informou que solicitará à Agência Reguladora de Pernambuco (Arpe) que investigue a situação e suspenda a cobrança, caso a denúncia seja confirmada.

Alf criticou a qualidade dos serviços prestados pela empresa na Região Metropolitana do Recife (RMR) e disse que, durante o período em que presidiu a Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Alepe, visitou diversas estações de tratamento e pode



FERNANDO SILVA

ALF - Morador está pagando taxa de esgoto indevidamente

constatar o abandono. "Apenas 30% da população da RMR têm acesso à rede de saneamento", destacou, alegando, ainda, que muitos recebem água em dias alternados.

Em aparte, o deputado Roberto Leandro (PT) afirmou que o Governo do Estado trata os serviços essenciais com "descaso". O pe-

tista lembrou a privatização da Celpe, "que hoje cobra a tarifa mais cara do País". "A Compesa denigre a imagem do Executivo Estadual", avaliou. Segundo Néelson Pereira (PCdoB), a empresa, apesar de superavitária, não tem política salarial para seus funcionários, que "sofrem com o arrocho salarial".

Greve

Teresa e Néelson apóiam professores

A paralisação dos professores da rede particular de ensino no Estado recebeu o apoio dos deputados Teresa Leitão (PT) e Néelson Pereira (PCdoB). Na reunião plenária de ontem, durante o Grande Expediente, os parlamentares foram solidários à luta dos docentes em defesa da valorização salarial. Teresa criticou a postura do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado de Pernambuco (Sinepe) de não acatar a reivindicação de aumento de 15%, percentual previsto pelo Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco (Sinpro-PE). "A falta de diálogo entre as entidades colabora para a permanência do movimento", afirmou a petista.

De acordo com a parlamentar, o Sinepe propôs um reajuste de 6%, retroativo à data-base dos professores, que expirou em abril passado, mas a categoria não aceitou. Na tentativa de solucionar o impasse, a Procuradoria Trabalhista apresentou uma proposta alternativa, que além do reajuste oferecido pelo Sinepe prevê um aumento de mais 2% a ser aplicado em setembro próximo.



NEGOCIAÇÃO - Sinepe e Sinpro precisam dialogar

"O Sinepe, no entanto, não aceitou a medida, impedindo que a greve fosse suspensa", disse Teresa, ressaltando que "enquanto a educação não receber a qualidade de tratamento devida, o Brasil não caminhará".

A petista ainda criticou as declarações do presidente do Sinepe, o professor Ricardo Diniz, que disse que a manifestação dos professores "não é satisfatória e que nem 10% das escolas estão em greve". "Temos a confirmação de que professores de mais de 50% das escolas particulares do Estado aderiram ao movimento. A categoria não ce-



FERNANDO SILVA

derá, enquanto não houver uma negociação entre empregados e patrões", enfatizou. Em aparte, o deputado José Queiroz (PDT) criticou o fato de o Brasil ainda estar atrasado no tratamento concedido à educação pública e privada.

Néelson Pereira frisou que Pernambuco é o segundo Estado do País mal pagador de professores. "Venho manifestar solidariedade à categoria, que tem um piso salarial de apenas R\$ 336,00, abaixo do salário mínimo", enfatizou. Ele ainda destacou que a educação é "um princípio fundamental para a construção da sociedade".

Violência

Moraes defende ação da Polícia contra PCC

A atuação da imprensa na cobertura dos atentados praticados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), entre os dias 12 e 17, em São Paulo, foi repudiada pelo deputado Antônio Moraes (PSDB). O tucano afirmou que os jornalistas estavam desviando o foco das questões importantes. "A pergunta mais feita pelos repórteres não é o que realmente aconteceu, mas se houve excesso policial contra os bandidos", afirmou. O parlamentar também cobrou respeito aos familiares e à memória dos mortos e assinalou o perigo de fatos como esse desmotivarem a Polícia no combate à criminalidade.

Além de questionar os veículos de comunicação, o

parlamentar aproveitou para criticar o Governo Federal ao afirmar que "o poder público não está preocupado com as pessoas assassinadas". Apesar de defender os policiais, o tucano cobrou a apuração das

FERNANDO SILVA



CRIME - Combate

mortes. "É importante que os excessos sejam apurados, mas é bom não se esquecerem de que morreram 42 pais de família no exercício do dever", lamentou.

No início da semana passada, a facção criminosa PCC realizou ataques contra civis e militares na capital paulista. Os delinquentes atiraram em delegacias, incendiaram ônibus e emboscaram policiais de folga. Nas ações, foram assassinados policiais civis e militares, bombeiros, guardas municipais e membros da Polícia Rodoviária Federal. Até a tarde de ontem, haviam morrido 109 suspeitos de participarem dos ataques perpetrados pelo PCC.

Ordem do Dia

Quadragesima Nona Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Quinta Legislatura, realizada em 23 de maio de 2006, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 1316/2006
Autora: Mesa Diretora

Concede licença de quinze (15) dias, para tratamento de saúde, ao Deputado Mavial Cavalcanti a partir de 4 de maio de 2006.

(Parecer nº 6247)

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2006

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1259/2006
Autor: Poder Executivo

Cria Organização Militar Estadual - OME, no âmbito da Polícia Militar de Pernambuco, e dá outras providências.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 30/3/2006.

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1275/2006
Autor: Poder Executivo

Altera a Lei nº 12.430, de 29 de setembro de 2003, que dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais nas operações com ovos, aves e produtos resultantes de seu abate, e dá outras providências.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Depende de Parecer das 7ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/4/2006.

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1283/2006
Autor: Poder Executivo

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado relativo ao exercício de 2006, em favor de diversos órgãos estaduais no valor de doze milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil e duzentos reais, e dá outras providências.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 9ª Comissões.

Depende de Parecer da 10ª Comissão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/4/2006.

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1285/2006
Autor: Poder Executivo

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado relativo ao exercício de 2006, em favor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco-DER/PE, no valor de quarenta e três milhões, trezentos e noventa e sete mil e dezesseis reais, e dá outras providências.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Depende de Parecer da 11ª Comissão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2006.

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1281/2006
Autora: Mesa Diretora

Altera a Lei nº 12.717, de 1º de dezembro de 2004.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 13/4/2006.

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1286/2006
Autor: Poder Executivo

Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder ao município de Buique o direito do uso de imóvel que indica e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2006.

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1289/2006
Autor: Poder Executivo

Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder ao município de Belém do São Francisco, o direito do uso de imóvel que indica e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 27/4/2006.

Discussão Única do Projeto de Lei Ordinária nº 1294/2006
Autor: Poder Executivo

Concede Pensão Especial mensal, no valor de hum mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos a Laudicéia da Silva Santos e Angelica Oliveira dos Santos, viúva e filha menor de José Carlos Oliveira dos Santos, ex-3º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, promovido *pós-mortem* à graduação de 2º Sargento BM, a contar de 18 de novembro de 2003.

Pareceres Favoráveis das 1ª e 2ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/4/2006.

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 1090/2005
Autor: Deputado Betinho Gomes

Concede o Título de Cidadão de Pernambucano ao Vice-Prefeito do Recife, Dr. Luciano Siqueira.

Parecer Favorável da 1ª Comissão.

Quorum para aprovação: 2/3 dos membros desta Casa = 33 Deputados.

DIÁRIO OFICIAL DE - 7/10/2005

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 1190/2005
Autor: Deputado Augusto Coutinho

Concede o Título de Cidadão de Pernambucano ao Professor Sílvio Meira.

Parecer Favorável da 1ª Comissão.

Quorum para aprovação: 2/3 dos membros desta Casa = 33 Deputados.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/11/2005

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 1197/2005
Autor: Deputado Roberto Liberato

Concede o Título de Cidadão de Pernambucano ao Senhor Genivaldo Di Pace.

Parecer Favorável da 1ª Comissão.

Quorum para aprovação: 2/3 dos membros desta Casa = 33 Deputados.

DIÁRIO OFICIAL DE - 30/11/2005

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 1232/2006
Autor: Deputado Augusto Coutinho

Concede o Título de Cidadão de Pernambucano ao Administrador Carlos Eugênio Trevi.

Parecer Favorável da 1ª Comissão.

Quorum para aprovação: 2/3 dos membros desta Casa = 33 Deputados.

DIÁRIO OFICIAL DE - 7/3/2006

Discussão Única da Indicação nº 5470/2006
Autor: Dep. Antônio Moraes

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda no sentido de analisarem a possibilidade da isenção do ICMS da apicultura em nosso Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/5/2006

Discussão Única da Indicação nº 5471/2006
Autor: Dep. Isaltino Nascimento

Apelo ao Presidente da EMLURB visando proceder com a desobstrução das canaletas de água fluviais na Rua Rondônia, no bairro do Cordeiro, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/5/2006

Discussão Única da Indicação nº 5472/2006
Autor: Dep. Isaltino Nascimento

Apelo ao Presidente da Celpe no sentido de viabilizarem o deslocamento do poste nº B097515, localizado na Rua Tota Ventura, no bairro dos Torrões, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/5/2006

Discussão Única da Indicação nº 5473/2006
Autora: Dep. Ceça Ribeiro

Apelo ao Gerente de Relações Institucionais da Telemar objetivando a instalação de três telefones públicos na extensão do Sítio Jaguaribe, na entrada da fábrica da FRICON/PE-15, bairro de Arthur Lundgren II, município do Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/5/2006

Discussão Única da Indicação nº 5474/2006
Autor: Dep. Elias Lira

Apelo ao Reitor da Universidade Federal de Pernambuco no sentido de denominarem a Quadra de Esportes do Campus daquela entidade em Vitória de Santo Antão, a ex-diretora da Escola Agrotécnica Federal daquele município, Professora Edite Pedrosa de Barros e Silva.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/5/2006

Discussão Única da Indicação nº 5475/2006
Autor: Dep. Alf

Apelo ao Governador do Estado no sentido de determinar ao DETRAN/PE a igualdade tarifárias dos veículos Toyota/Bandeirantes, com ano de 1986 a 1998, ficando com tarifas 3 e 4, para os mesmos continuarem com direito ao Seguro DPVAT.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/5/2006

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente,** Deputado Ettore Labanca; **2º Vice-Presidente,** Deputado Raimundo Pimentel; **1º Secretário,** Deputado João Negromonte; **2º Secretário,** Deputado Guilherme Uchôa; **3º Secretário,** Deputado Sérgio Leite; **4º Secretária,** Deputada Carla Lapa. **Procuradoria Geral,** Edvaldo José Cordeiro dos Santos (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Eva Maria de Andrade Lima (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Genaro Domingues da Silva (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Isabel Cristina Couto Costa (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Claudio Godoy (Superintendente); **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Arlete Falcão Ferreira (Superintendente); **Cerimonial,** Socorro Vilaça Rodrigues (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência Segurança Legislativa,** Maj. Hermes José de Melo (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Maria Lúcia Cavalcanti Galindo (Assistente Educacional); **Auditagem,** Delzuita Alves Viero (Auditora-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Ana Lúcia Lins (Assistente de Comunicação Social); **Chefe do Departamento de Imprensa,** Cláudia Lucena; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Isabelle Barros, Diego Gouveia, Flávia da Rosa Borges, Rodrigo Guedes e Zanonini Júnior. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br.



Discussão Única da Indicação n° 5476/2006
Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Cultura objetivando a construção de salas de aula e da cobertura da quadra poliesportiva, bem como a aquisição de uma caixa d'água para a Escola Estadual André Cordeiro, no município do Brejo da Madre de Deus, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/5/2006

Discussão Única do Requerimento n° 3988/2006
Autor: Dep. Antônio Moraes

Voto de aplauso ao Delegado de Polícia Civil do município de Itambé, Dr. Francisco de Assis Di Lorenzo Serpa, pelo seu empenho e trabalho que vem desenvolvendo naquele município há quatro anos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/5/2006

Discussão Única do Requerimento n° 3989/2006
Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Voto de Aplauso a todos os órgãos governamentais, ongs e seus integrantes e todos aqueles que promovem o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, cuja data de conscientização nacional transcorreu em 18 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/5/2006

Discussão Única do Requerimento n° 3990/2006
Autor: Dep. Betinho Gomes

Voto de Aplauso aos defensores públicos estaduais pela passagem de mais um aniversário da sua instituição em 19 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/5/2006

Discussão Única do Requerimento n° 3991/2006
Autor: Dep. Nelson Pereira

Solicita que seja realizada no âmbito da Comissão de Defesa da Cidadania desta Casa, em data a ser definida pela citada Comissão, uma Audiência Pública, para tratar dos novos critérios estabelecidos para telefonia fixa pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/5/2006

Discussão Única do Requerimento n° 3992/2006
Autor: Dep. Geraldo Coelho

Voto de Aplauso ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça José Augusto Delgado pela sua posse na Academia Brasileira de Letras Jurídicas ocorrida em 15 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/5/2006

Discussão Única do Requerimento n° 3993/2006
Autor: Dep. Roberto Liberato

Voto de Congratulações com o povo de Caruaru pela passagem do aniversário de cento e quarenta e nove anos da Capital do Agreste.

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/5/2006

Discussão Única do Requerimento n° 3994/2006
Autor: Dep. Antônio Moraes

Voto de Aplauso ao Grupo Empresarial Tavares de Melo, pelos seus setenta e oito anos de relevantes serviços prestados à Pernambuco e ao País.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/5/2006

Discussão Única do Requerimento n° 3995/2006
Autor: Dep. Raimundo Pimentel

Voto de Aplauso ao Prefeito do Município de Trindade, Senhor Gerônimo Figueiredo, pelo recebimento do *Prêmio Governador Barbosa Lima Sobrinho para o Prefeito Empreendedor*.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/5/2006

Ata

ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2006.

Presidência do excelentíssimo senhor deputado Raimundo Pimentel.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de maio do ano de 2006 (dois mil e seis), às 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos, com a presença inicial dos deputados: Adeldo Duarte, Antônio Figueirôa, Bruno Rodrigues, Guilherme Uchôa, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquiza, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo e Roberto Leandro. Justificaram suas ausências os deputados: Aglailson Júnior, Alf, Ana Cavalcanti, Augusto Coutinho, Betinho Gomes, Ciro Coelho, Dilma Lins, Elias Lira, Lourival Simões, Malba Lucena, Marcantônio Dourado, Raul Henry e Soldado Moisés. Encontrando-se licenciados os deputados: Bruno Araújo, Ettore Labanca e Izaías Régis. Constatando o quorum regimental, o senhor presidente declara aberta a reunião. Ocupam, respectivamente, as cadeiras de Primeiro e Segundo secretários os deputados Guilherme Uchôa e Roberto Leandro. Lida é aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, o senhor presidente concede a palavra ao Primeiro secretário que procede à leitura do Expediente. Isto feito, o senhor presidente manda o mesmo à publicação. No horário destinado ao Pequeno Expediente, ocupa a tribuna o deputado Antônio Figueirôa, único orador inscrito, para mais uma vez reivindicar do governo do Estado melhorias nas escolas públicas do pólo da confecção, como também o aumento do contingente de professores. Fazendo uso da palavra, o senhor presidente concede a palavra, em questão de ordem, ao deputado Adeldo Duarte o qual vem requerer verificação de quorum. Ato contínuo, o senhor presidente defere o pedido do ilustre deputado. Em seguida, o senhor presidente convida os deputados Guilherme Uchôa e Roberto Leandro para assumirem respectivamente a Primeira e a Segunda Secretarias. Logo após, o senhor presidente determina ao Primeiro secretário que proceda a chamada nominal dos senhores parlamentares. Encontrando-se presentes os deputados: Adeldo Duarte, Antônio Figueirôa, Bruno Rodrigues, Guilherme Uchôa, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquiza, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo e Roberto Leandro. Encontrando-se ausentes do Plenário os deputados: Aglailson Júnior, Alf, Ana Cavalcanti, Ana Rodovalho, Antônio Moraes, Augusto César, Augusto Coutinho, Betinho Gomes, Bruno Araújo, Carla Lapa, Ceça Ribeiro, Ciro Coelho, Claudiano Martins, Dilma Lins, Elias Lira, Ettore Labanca, Fernando Lupa, Geraldo Coelho, Henrique Queiroz, Izaías Régis, João Fernando Coutinho, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Mavíael Cavalcanti, Nelson Pereira, Pastor Cleiton Collins, Pedro Eurico, Raul Henry, Roberto Liberato, Romário Dias, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Sívio Costa, Soldado Moisés e Teresa Leitão. Não havendo número legal para deliberar, o senhor presidente passa a despachar à publicação as Indicações n°s 5471/2006 a 5476/2006 de autoria dos deputados: Isaltino Nascimento, Ceça Ribeiro, Elias Lira, Alf e Antônio Figueirôa e, os Requerimentos n°s 3994/2006 e 3995/2006 da lavra dos deputados: Antônio Moraes e Raimundo Pimentel, que foram apresentados na reunião de hoje, conforme resumo a seguir: Pelo deputado Antônio Figueirôa, apelo aos senhores: governador do Estado e ao secretário de Educação e Cultura, no sentido de viabilizarem a construção de salas de aula, da cobertura da quadra poliesportiva e de uma caixa de água para a Escola Estadual André Cordeiro, no município de Brejo da Madre de Deus. Pelo deputado Alf, apelo ao senhor governador do Estado, no sentido de determinar ao Departamento Estadual de Trânsito que seja feita igualdade nas categorias tarifárias dos veículos Toyota/Bandeirantes, com ano de mil novecentos e oitenta e seis a mil novecentos e noventa e oito, ficando com tarifas três e quatro, para os mesmos continuarem com direito ao Seguro de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias. Pelo deputado Elias Lira, apelo ao senhor reitor da Universidade Federal de Pernambuco, no sentido de denominar a quadra de esportes do campus da referida entidade no município de Vitória de Santo Antão de Professora Edite Pedrosa de Barros e Silva. Pelo deputado Raimundo Pimentel, voto de aplauso ao prefeito do município de Trindade pelo recebimento do

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 105, II, c/c § 2º art. 113, *caput*, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, os Deputados Sebastião Rufino (PFL), Adeldo Duarte (PFL), Antônio Moraes (PSDB), Geraldo Coelho (PFL), Henrique Queiroz (PP), João F. Coutinho (PSB), Marcantônio Dourado (PTB), Roberto Leandro (PT), Sívio Costa (PMN), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes, Deputados Ana Cavalcanti (PP), Ana Rodovalho (PSC), Augusto César (PTB), Augusto Coutinho (PFL), Ciro Coelho (PFL), Izaías Régis (PTB), Nelson Pereira (PC do B), Manoel Ferreira (PFL), Ricardo Teobaldo (PMDB), para comparecerem à **Reunião Ordinária**, às **10:00h** (dez horas) do próximo dia **24 de maio de 2006** (quarta-feira), no Plenarinho I.

DISTRIBUIÇÃO

1) Projetos de Leis Ordinárias:

- a) Projeto de Lei Ordinária n.º 1307/2006**, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de 03 (três) áreas de imóvel público, mediante prévias licitações, nos termos do artigo 4º, § 1º da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e dá outras providências);
b) Projeto de Lei Ordinária n.º 1308/2006, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Universidade de Pernambuco, e dá outras providências);
c) Projeto de Lei Ordinária n.º 1309/2006, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Cria a Secretaria de Turismo - SETUR, e dá outras providências);
d) Projeto de Lei Ordinária n.º 1310/2006, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a divulgação em estabelecimento públicos dos crimes e das penas relativas à prática da exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências).

DISCUSSÃO

1) Projetos de Leis Ordinárias:

- a) Projeto de Lei Ordinária n° 1264/2006**, de autoria do Governador do Estado – Relator: Deputado Augusto César (Ementa: Ratifica o Protocolo de Intenções celebrado entre o Estado de Pernambuco e o Município do Recife visando à criação do consórcio público denominado Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTRM);
b) Projeto de Lei Ordinária n° 1295/2006, de autoria do Governador do Estado – Relator: Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica, e dá outras providências);
c) Projeto de Lei Ordinária n° 1296/2006, de autoria do Governador do Estado – Relator: Deputado Marcantônio Dourado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica, e dá outras providências);
d) Projeto de Lei Ordinária n° 1297/2006, de autoria do Governador do Estado – Relator: Deputado Sebastião Rufino (Ementa: Introduz modificações na Lei n° 11.675, de 11 de outubro de 1999, e alterações, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE);
e) Projeto de Lei Ordinária n° 1302/2006, de autoria do Governador do Estado – Relator: Deputado Adeldo Duarte (Ementa: Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2006, e dá outras providências).

2) Ementa:

- a) Emenda Modificativa ao Projeto de Lei Ordinária n° 1264/2006**, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento – Relator: Deputado Augusto César (Ementa: Ratifica o Protocolo de Intenções celebrado entre o Estado de Pernambuco e o Município do Recife visando à criação do consórcio público denominado Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTRM);

Recife, 22 de maio de 2006.

Deputado SEBASTIÃO RUFINO
 – Presidente da CFOT –

COMISSÃO DE SAÚDE EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do Regimento Interno, os deputados ADELMO DUARTE, ANA CAVALCANTI, ISALTINO NASCIMENTO E NELSON PEREIRA membros titulares, bem como os suplentes ELIAS LIRA, ROBERTO LIBERATO, IZAIAS RÉGIS, MARCANTONIO DOURADO E ROBERTO LEANDRO, para uma reunião ordinária a ser realizada no dia 23 (vinte e três) de maio de 2006, às 09:00 (nove) horas, no Plenarinho II, no quinto andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, com a seguinte pauta:

1 - Em discussão

- 1.1-Projeto de lei ordinária n° 1278/2006, de autoria do dep. Roberto Leandro, que dispõe sobre a inclusão da semana de promoção a saúde bucal no calendário oficial de eventos do Estado de Pernambuco.
 Relator: dep. Nelson Pereira.
 1.2-Projeto de lei ordinária n° 1288/2006, que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2006, e dá outras providências. Origem: Poder Executivo
 Relator: dep. Adeldo Duarte.

Sala da Comissão de Saúde, 22 de maio de 2006.

Deputado Mavíael Cavalcanti
 Presidente

COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA 24/05/2006

Convocamos, de acordo com o Art. 105, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, os membros titulares da Comissão de Defesa da Cidadania: Deputados BETINHO GOMES (PPS), ANTÔNIO MORAES (PSDB), CEÇA RIBEIRO (PSB), PEDRO EURICO (PSDB), membros suplentes: Deputados AUGUSTO COUTINHO (PFL), ISALTINO NASCIMENTO (PT), JACILDA URQUISA (PMDB), JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB) e PASTOR CLEITON COLLINS (PSC), para participarem de Audiência Pública com objetivo de discutir a demissão de 660 (seiscentos e sessenta) funcionários da empresa Vincunha Têxtil S.A., a ser realizada no próximo dia 24 de maio, às 09:00 horas, no Auditório desta Casa.

Recife, 19 de maio de 2006.

Deputado Roberto Leandro
 Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convoco, nos termos do artigo 105, Inciso II, c/c o art. 113, §2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Pernambuco, as Deputadas Ana Cavalcanti (PPB), Ana Rodovalho (PSC), Ceça Ribeiro(PSB) e Tereza Leitão(PT), membros titulares, e na ausência destes, os suplentes, Deputadas(os) Dilma Lins (PL), Malba Lucena (PSDB), Isaltino Nascimento (PT) Raul Henry (PMDB) e Sebastião Oliveira Júnior (PL), para se fazerem presentes à Audiência Pública a ser realizada das nove horas 09h às 12h (nove às doze horas), do dia 25 de maio de 2006, no Auditório, localizado, no 6º andar do Anexo I, desta Casa Legislativa-Edifício Senador Nilo Coelho, para Lançamento da Campanha e Apresentação dos Dados da Pesquisa Tráfico de Seres Humanos de Meninas e Mulheres para fins sexuais.

Recife, 22 de maio de 2006.

DEPUTADA JACILDA URQUISA
 Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Prêmio Governador Barbosa Lima Sobrinho. Pelo deputado Antônio Moraes, voto de aplauso ao Grupo Empresarial Tavares de Melo que neste ano de dois mil e seis completou setenta e oito anos de relevantes serviços prestados ao Estado e ao País. Pela deputada Ceça Ribeiro, apelo ao senhor gerente de Relações Institucionais da Telemar, no sentido de providenciar a instalação de três telefones públicos no Sítio Jaguaribe, no Bairro de Arthur Lundgren II, em Paulista. Pelo deputado Isaltino Nascimento, dois apelos: o primeiro, ao senhor presidente da Companhia Energética de Pernambuco, no sentido de viabilizar o deslocamento do poste nº B-097515, da Rua Tota Ventura, no Bairro dos Torrões; e o segundo, ao senhor presidente da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana, no sentido de viabilizar a desobstrução das canaletas da Rua Rondônia, no Bairro do Cordeiro, esses nesta capital. (O Projeto de Lei nº 1309/2006 oriundo do Poder Executivo foi despachado no Expediente da presente reunião, onde consta o respectivo resumo e os encaminhamentos). Faltaram à presente reunião os deputados: Ana Rodvalho, Antônio Moraes, Augusto César, Carla Lapa, Ceça Ribeiro, Claudiano Martins, Fernando Lupa, Geraldo Coelho, Henrique Queiroz, João Fernando Coutinho, João Negromonte, José Queiroz, Manoel Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Nelson Pereira, Pastor Cleiton Collins, Pedro Eurico, Roberto Liberato, Romário Dias, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Sílvio Costa e Teresa Leitão. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerra a presente reunião convocando outra para a próxima segunda-feira à hora regimental.

Expediente

QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2006.

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 63 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei nº 1310/2006 que Dispõe sobre a divulgação em estabelecimentos públicos dos crimes e das penas relativas à prática da exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Às 1ª, 2ª, 3ª, 10ª e 11ª Comissões.

MENSAGEM Nº 64 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei nº 1311/2006 que Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2006, e dá outras providências.

Às 1ª, 2ª, 3ª e 10ª Comissões.

MENSAGEM Nº 65 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei nº 1312/2006 que Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2006, e dá outras providências.

Às 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Comissões.

MENSAGEM Nº 66 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei nº 1313/2006 que Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de imóvel público, mediante prévia licitação, nos termos do artigo 4º,§ 1º da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

Às 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões.

MENSAGENS NºS 67 E 68 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projetos de Lei nºs 1314 e 1315 que Concedem Pensão Especial.

Às 1ª e 2ª Comissões.

PARECER Nº 6247 - DA MESA DIRETORA submetendo ao plenário Projeto de Resolução nº 1316 que concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Mavíael Cavalcanti. Inteira.

OFÍCIO Nº 50 - DA DEPUTADA CARLA LAPA encaminhando Relatório Final da Comissão Especial de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente.

À Publicação.

CARTA Nº 319 - DO DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS prestando esclarecimento acerca da indicação nº 5217/2006, da Deputada Dilma Lins.

Dê-se conhecimento àquela Parlamentar.

Ofício

Ofício nº 50/2006.

Recife, 18 de maio de 2006.

Senhor Presidente,

Encaminho o Relatório Final da Comissão Especial de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da ALEPE, criada através do Ato nº 101, de 27 de fevereiro de 2003.

Cordialmente,

CARLA LAPA
Deputada Estadual
4ª Secretária da ALEPE

Exmo. Sr.
Deputado ROMÁRIO DIAS
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

APRESENTAÇÃO

Este relatório trata de um dos fenômenos mais cruéis presente em nossa sociedade – a violência sexual contra crianças e adolescentes.

O tema, invisível política e socialmente durante muito tempo, ganha atenção e visibilidade nos anos 90 e passa a ser dispositivo constitucional (C.F 1988) reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os dados estatísticos são desafiadores e a mobilização social tem dado prioridade ao enfrentamento do problema de várias maneiras. Diante da edição do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (novembro/2002), bem como de ações institucionais do Governo Federal, a Assembléia Legislativa do estado de Pernambuco não poderia ficar alheia a esse debate. A instalação da Comissão Especial para Investigação do Abuso e da Exploração Sexual Praticados contra Crianças e Adolescentes vem ao encontro da mobilização da sociedade, da ação de ONG’s, de políticas governamentais, somando-se a todos os esforços que possam prevenir, enfrentar e combater tamanha crueldade.

Os trabalhos da comissão, ocorridos entre os meses de abril de 2003 a abril de 2004, deram prioridades às audiências, às entrevistas, às visitas e às pesquisas. Foram ouvidas várias ONG’s que lidam com crianças e adolescentes vítimas ou em situação de risco, representantes do poder público, conselheiros e conselheiras tutelares. As reuniões foram acompanhadas pelo Ministério Público e pela Rede Estadual de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.

Certamente o trabalho da Assembléia Legislativa, através dessa comissão especial, não será conclusivo. Ao contrário, os membros da comissão almejam, com esta contribuição, apontar algumas alternativas de ação que possam se concretizar como mecanismos de proteção à criança e ao adolescente.

COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

INTRODUÇÃO

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (C.F. Art.227)

Desde que foi promulgada a Constituição Cidadã, em 1988, ratificando e dimensionando como direito constitucional a proteção integral e prioritária às crianças e adolescentes, muitas ações foram desenvolvidas e outras legislações foram aprovadas a exemplo da Lei 8069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. O ECA é explícito no seu artigo 7º ao dispor que o direito à vida e à saúde devem ser assegurados “mediante a efetivação de políticas sociais públicas”. É essa dimensão de direito humano e ao mesmo tempo de dever do Estado que perpassou todo o trabalho da Comissão Especial e sob esse prisma queremos situar a questão da violência sexual praticada contra criança e adolescentes.

Conforme pesquisa publicada pelo CENDHEC¹ alguns aspectos conceituais do abuso e da exploração sexual praticados contra crianças e adolescentes precisam ser considerados, tanto para entendimento da questão, como para o seu enfrentamento com medidas compatíveis, amparadas legalmente e referenciadas socialmente. Há, pois, três aspectos a serem considerados: as duas situações se caracterizam como violência sexual; são práticas distintas que exigem conceitos próprios; são práticas que podem ocorrer combinadas entre si.

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, por sua vez, define a violência sexual como uma violação de direitos. Admite, explicitamente, que o enfrentamento deve ser feito por políticas públicas sociais e pelo Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente, conforme disposto no ECA. O Plano considera que a violência sexual se expressa através da exploração sexual comercial (turismo sexual, pornografia, tráfico, prostituição) e do abuso sexual infra e extrafamiliar.

Mais uma vez está clara a dimensão do direito humano e do dever do Estado. Seguindo esse foco, a Comissão Especial ouviu e analisou depoimentos de agentes governamentais, de ONG’s, de instituições oficiais, de juizes, promotores, delegados, educadores, conselheiros tutelares. De todo(a)s ouvimos a cobrança enfática da presença do Estado, das ações preventivas, das medidas punitivas.

É bem verdade que a dinâmica da sociedade moderna, a crise de valores, a banalização da vida influenciam nessa questão. Mais ainda, conflitos ligados à sobrevivência como a fome, a pobreza extrema, o desemprego, enfim, a desigualdade social aliada à violência familiar estão na raiz do problema.

Desta maneira, há de se cobrar medidas estruturadoras e de combate às desigualdades sociais vinculadas ao atendimento à saúde e à educação e à política de geração de emprego e renda.

Por outro lado, a natureza das medidas de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil é muito marcada por programas e projetos. Sem dúvida, importantes e proveitosos, porém, de alcance limitado e às vezes desarticulados de outras áreas sociais. Daí a nossa insistência para que a experiência e o acúmulo desses programas e projetos se transformem em políticas permanentes e estruturantes de assistência social. Isso nos remete, evidentemente, a uma presença mais eficaz e comprometida do Estado e das políticas governamentais que assegurem alocação de recursos e contratação de pessoal qualificado.

No outro lado da moeda, a Comissão Especial constatou a presença marcante da sociedade civil organizada, de ONG’s, de instituições e da própria Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco como um fator determinante e um alento que merece registro.

O trabalho desenvolvido, o acúmulo de experiência, a interlocução com os órgãos públicos expostos durante as audiências, sem sombra de dúvida são contribuições importantíssimas e muito relevantes.

¹ Lúcia Lacerda e Valéria Nepomuceno; CENDHEC; 2002

Por fim, considerando as audiências, visitas e leituras realizadas pela Comissão Especial, acreditamos que não podemos fugir de um dado da realidade que merece toda nossa atenção: O Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes não retirou do papel as suas metas. Passados dois anos da sua aprovação, pouco temos a comemorar em termos de realização e de medidas governamentais.

Em particular, a falta de equipamentos sociais, a precariedade de estruturação dos conselhos tutelares e a desarticulação das políticas públicas despontam como graves lacunas na consecução do Plano.

É mister, portanto, concluir essa apresentação com um grito de alerta. Quando se discute a subjetividade da violência sexual contra crianças e adolescentes, sabe-se que há uma dificuldade recorrente: a reticência e o medo das crianças em falar e a surdez e o receio dos adultos em escutá-las. Não sejamos cúmplices, em escala maior, deste silêncio. Reconheçamos as falhas do sistema de assistência e de proteção às crianças e aos adolescentes, cobremos a quem lhes deve e trabalhemos com esperança e tenacidade para restaurar e garantir o direito à vida, à dignidade, à felicidade, enfim, o direito à infância das crianças e adolescentes de Pernambuco, do Brasil.

COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

HISTÓRICO

O enfrentamento à exploração sexual e ao abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil ganhou visibilidade com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, quando as pessoas tomaram consciência da gravidade da situação e a partir disso muitas medidas foram adotadas.

O dia 18 de maio de 2000 foi constituído pela Lei Federal no. 9.970 como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Essa data foi escolhida em razão do crime que comoveu toda a nação brasileira em 1973, o Caso Araceli, em que uma menina de oito anos foi cruelmente assassinada após ter sido estuprada em Vitória, capital do Espírito Santo.

A intenção é destacar a data para mobilizar e convocar toda a sociedade a participar dessa luta de prevenção, combate e erradicação à violência sexual contra crianças e adolescentes, onde é preciso formar consciência, romper com esse ciclo e proteger meninas, meninos e adolescentes brasileiros.

É de forma complexa que a questão da exploração e do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes se manifesta, com várias interfaces e que devem ser analisadas em diferentes dimensões.

Por tratar-se de um problema mundial, não se restringe, no Brasil, às cidades ou a determinadas regiões ou estados, está presente em todas as classes sociais.

Com a preocupação de um fenômeno que ainda tem pouca visibilidade e quantificação, representantes da sociedade civil se reuniram em Natal/ Rio Grande do Norte, para criar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, no ano de 2000.

O Plano foi criado como um instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes e tem como objetivo fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à vítima que se encontra em situação de risco ou sofreu violência sexual.

Como demanda do Plano Nacional e com índices alarmantes foi criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), do Congresso Nacional destinada a investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalhou durante mais de um ano. A comissão foi instalada no dia 12 de junho de 2003 e votou seu relatório final em julho de 2004.

Para investigar esses crimes tão bárbaros, a CPMI percorreu todas as regiões do Brasil. Foram visitados 22 Estados, realizadas 34 reuniões e audiências públicas, além de 20 diligências. A comissão analisou 958 documentos, ouviu 285 pessoas e recebeu 832 denúncias vindas de todo o País, das quais 543 resultaram em notícias-crime. No seu relatório final, sugeriu o indiciamento de cerca de 250 pessoas entre políticos, empresários, magistrados, líderes religiosos e esportistas.

Constatou-se que a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes está disseminada em todo o Brasil, aparecendo tanto em cidades grandes como em longínquos e pequenos municípios. Trata-se de um fenômeno complexo, que não está ligado somente à pobreza e à miséria, mas também a questões culturais, como o machismo, o preconceito racial e a idéia de que o adulto tem poder sobre a criança. A exploração sexual comercial no Brasil, de modo geral, conta com a ação organizada de redes que reduzem meninas e meninos à condição de mercadoria, tratados como objeto para dar prazer ao adulto.

A CPMI descobriu que o perfil dos clientes é mais diversificado do que se imaginava. Foi uma surpresa para os parlamentares da comissão constatar que pessoas que deveriam defender os direitos de crianças e adolescentes estão também envolvidas nas redes de exploração sexual, tais como políticos, juizes, policiais e líderes religiosos, dentre outras autoridades.

A violência sexual causa sérios impactos não só na vida das crianças, mas também no cotidiano de suas famílias. As crianças ou adolescentes vitimados acabam perdendo a referência dos papéis desempenhados por quem cuida e por quem merece cuidado. Isso porque muitos meninos e meninas passam a sustentar suas famílias com o dinheiro ganho no mercado do sexo.

Denunciar os casos de exploração e abuso sexual é uma tarefa das mais difíceis. As crianças ou adolescentes que ousam denunciar seus algozes, muitos dos quais pessoas destacadas econômica, social e politicamente, passam a correr risco de morte. A inclusão em projetos

como o Programa de Proteção às Testemunhas, muitas vezes, significa um alto custo pessoal. As crianças são afastadas do convívio familiar e social e têm de viver escondidas, com proteção policial permanente, durante anos a fio, prisioneiras de sua coragem em romper o silêncio. Já outras vítimas conseguem libertar-se da exploração sexual, mas têm dificuldade de integração social, sofrendo o preconceito da comunidade. Ao tentar mudar de vida, são, novamente, vitimizadas Mudar o rumo dessa história é tarefa de toda a sociedade, como de sorte vem sendo assumido por diversas instituições e entidades. Mas, sobretudo, é dever primeiro do Estado que deve envidar esforços e investimentos no sentido de promover ações e medidas para proteger as crianças e adolescentes e assegurar-lhes o direito à infância e à dignidade de vida.

COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO

Para o exercício das atribuições constitucionais, o Poder Legislativo pode constituir comissões permanentes ou temporárias, conforme disposto no art. 71 do Regimento Interno. Estas comissões têm o intuito de permitir um maior aprofundamento dos debates e a realização de trabalhos técnicos.

As comissões temporárias são destinadas ao debate e investigação de questões determinadas de relevante interesse público, sendo que o art. 94 do Regimento Interno disciplina que podem ser constituídas comissões temporárias de representação, especial ou de inquérito.

Em conformidade com o disposto no art. 96 do Regimento Interno, sobre o abuso e exploração de crianças e adolescentes, a deputada Carla Lapa, através do Requerimento nº 77/2003, solicitou a constituição da Comissão Especial com a finalidade de acompanhar os trabalhos que serão desenvolvidos pelos governos municipais, estadual e federal sobre a violência sexual praticada contra criança e adolescente, envolvendo o turismo sexual, a prostituição infantil e o tráfico de jovens para trabalhos com fins de prostituição. Tal requerimento contou com o apoioamento dos seguintes deputados: Aglaílson Júnior; Ana Cavalcanti; Ana Rodovalho; Antônio Figueirôa; Antônio Moraes; Ceça Ribeiro; Elias Lira; Ettore Labanca; Guilherme Uchôa; Isaltino Nascimento; Izaías Régis; João Fernando Coutinho; Lourival Simões; Lula Cabral; Marcantônio Dourado; Mavíael Cavalcanti; Nelson Pereira; Pastor Cleiton Collins; Pedro Eurico; Raimundo Pimentel; Roberto Liberato; Sebastião Oliveira Júnior; Sérgio Leite; Sílvio Costa; Soldado Moisés; Teresa Leitão.

O requerimento supra citado foi aprovado pelo Plenário da Assembléia Legislativa no dia 27 de fevereiro de 2003 e a comissão foi criada através do Ato nº 101, do mesmo dia 27 de fevereiro de 2003.

Posteriormente, os Partidos Políticos que compõe esta Assembléia Legislativa indicarm os seguintes deputados para compor a Comissão Especial: Adelmo Duarte (PFL), Alf (PDT), Ana Cavalcanti (PPB), Ana Rodovalho (PSC), Augusto César (PSDB), Carla Lapa (PSB), Jacilda Urquisa (PMDB), Raimundo Pimentel (PSL) e Teresa Leitão (PT), como membros titulares e Antonio Figueirôa (PMDB), Bruno Araújo (PSDB), Ceça Ribeiro (PT), Cleiton Collins (PSB), Malba Lucena (PFL) e Manoel Ferreira (PPB) como membros suplentes.

No dia 1º abril de 2003 foi realizada a reunião de instalação da Comissão Especial, sendo que, nos termos do art. 103 da norma regimental, foram eleitas as deputadas Carla Lapa, Ana Cavalcanti e Teresa Leitão, para o exercício da presidência, vice-presidência e relatoria respectivamente.

COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

MEMBROS DA COMISSÃO

PSB

Líder: Carla Lapa

Indica Titular: *Carla Lapa*

Suplente: Cleiton Collins

PDT

Líder: José Queiroz

Indica Titular: *André Luiz Farias - Alf*

Suplente:

PPB

Líder: Henrique Queiroz

Indica Titular: *Ana Cavalcanti*

Suplente: Manoel Ferreira

PT

Líder: Isaltino Nascimento

Indica Titular: *Teresa Leitão*

Suplente: Ceça Ribeiro

PSC

Líder: Ana Rodovalho

Indica Titular: *Ana Rodovalho*

Suplente:

PMDB

Líder: Jacilda Urquisa

Indica Titular: *Jacilda Urquisa*

Suplente: Antônio Figueirôa

PSL

Líder: Raimundo Pimentel

Indica Titular: *Raimundo Pimentel*

Suplente:

PSDB

Líder: Pedro Eurico

Indica Titular: *Augusto César*

Suplente: Bruno Araújo

PFL

Líder: Augusto Coutinho

Indica Titular: *Adelmo Duarte*

Suplente: Malba Lucena

COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AGENDA DE ATIVIDADES DA COMISSÃO

15 de março de 2003

1ª reunião de escuta

29 de março de 2003

2ª reunião de escuta

16 de maio de 2003

3ª reunião de escuta

15 de agosto de 2003

Audiência Pública

Pauta: debate sobre a passagem dos 13 anos da Lei nº 8.069, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

21 de agosto de 2003

Audiência Pública

Pauta: debate sobre a questão institucional administrativa, orçamentária e funcional, situação, criação, instalação e atuação dos Conselhos Tutelares do Estado de Pernambuco.

25 de outubro de 2003

Visita da Comissão à DPCA da CEAGEPE

Conferir denúncias sobre a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes na CEAGEPE.

15 de março de 2004

Audiência Pública

Pauta: elaboração e implantação de um Código de Conduta para coibir o crescente aumento do turismo sexual no Estado de Pernambuco.

COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

RELATÓRIO PRELIMINAR DO TRABALHO DA COMISSÃO

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem caráter expressamente preliminar e descritivo do trabalho realizado até agora pela Comissão Especial de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Criança e Adolescente, iniciado no dia 1º de abril de 2003.

Não se constitui, ainda, em peça de análise profunda e de formulação, haja vista o pouco tempo de trabalho da comissão.

Entretanto, entendemos que a Assembléia Legislativa não poderia deixar de apresentar, por ocasião do dia Nacional de Luta contra o Abuso Sexual de Criança e do Adolescentes, um pouco do seu trabalho. Ele simboliza o nosso desejo de contribuir e nosso compromisso de intervir contra essa chaga na sociedade brasileira.

1. Da Constituição da Comissão

A Comissão Especial de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Criança e Adolescente foi criada pelo Ato nº101, de 27 de fevereiro de 2003, com a finalidade de acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo poder público nos níveis municipal, estadual e federal sobre a violência e o abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes, envolvendo ainda as práticas do turismo sexual e o tráfico infanto-juvenil com fim de exploração comercial.

2. Das Reunião Realizadas

Além da reunião de instalação da comissão, ocorrida em 1º de abril do corrente ano, foram realizadas três reuniões para escuta e discussão de depoimentos e experiências de instituições governamentais e não. governamentais que lidam com a questão. As duas primeiras reuniões ocorreram na Assembléia Legislativa do estado de Pernambuco nos dias 15 e 29 de abril de 2003, na sala do Plenarinho III e a terceira reunião no município de Serra Talhada, na Câmara de Vereadores, no dia 16 de maio de 2003.

As reuniões estão sendo acompanhadas pelo Ministério Público de Pernambuco, nas pessoas do Dr. Francisco Cruz Rosa, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Promotoria e da Dra. Cristiane Maria Caetano da Silva, Promotora de Justiça da Vara da Infância e da Juventude.

3. Das instituições/representações ouvidas

Pela ordem de presença nas reuniões foram ouvidas as seguintes instituições e ou programas que lidam com o combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes:

1. Programa Sentinela, do município de Jaboatão, representado pela Dra. Suzete Gomes.
- Programa do Governo Federal executado em parceria com os municípios e Estado.

2. Casa de Passagem, cidade do Recife, representada pela Dra. Cristina Mendonça.
- Organização Não Governamental.

3. D.P.C.A. – Diretoria de Proteção à Criança e ao Adolescente, representada pela Delegada Dra. Eliane Caldas.
- Órgão Governamental, vinculado a Secretaria de Defesa Social.

4. Promotória Regional do Trabalho, representado pelo Dr. Pedro Luiz Serafim, com atuação no município de Serra Talhada.

5. Ministério Público de Pernambuco, representado pelo Dr. Francisco Ortêncio.

6. Ordem dos Advogados do Brasil, regional do Sertão do Pajeú, representada pelo Dr. Jânio Carvalho.

7. Pároco da Igreja de Serra Talhada, Pe. Antônio.

8. Delegacia Municipal de Polícia de Serra Talhada, representada pelo Delegado Dr. Joedilson Teixeira de Souza.

9. Pastoral da Criança de Serra Talhada, representada pelo Sr. Ari Amorim.

10. Conselho Tutelar de Serra Talhadas, representado pela Presidente, Sra. Ivete Nunes.

11. Programa Sentinela, do município de Serra Talhada, representada pela coordenadora Sra. Adriana Oliveira.

12. Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco, representado pela professora Rosemilda Gomes coordenadora regional do Sertão do Pajeú.

13. Vice-prefeito do município de Triunfo, Sr. Ozaildo Ferraz.

14. Vice-prefeito do município de Serra Talhada, Sr. João Duque Filho.

4. Da Natureza das Denúncias

O aspecto quantitativo das denúncias assusta não apenas pela sua significância, como pelo seu contínuo crescimento. Somente no primeiro trimestre de 2003 foram denunciados à DPCA 154 crimes sexuais entre atentado violento ao pudor (62 casos), corrupção de menores (23), estupro (41), favorecimento à prostituição (02 casos), rapto (03), rapto consensual (07), sedução (15) e tentativa de estupro (01 caso). Segundo a própria DPCA, esse número não reflete a realidade, considerando que muitos casos não são denunciados e que a DPCA recebe denúncias na maioria das vezes da Região Metropolitana do Recife.

A comissão apurou, através de denúncias do Ministério Público, a gravidade da situação nas regiões do Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe. Somente em São José do Egito, o Conselho Tutelar registrou, nos últimos sete meses, 130 casos de violência sexual contra meninos e meninas.

As meninas são as principais vítimas de abuso e exploração sexual, mas cresce a incidência de casos envolvendo meninos.

Segundo os depoentes a violência doméstica praticada por pais, padrastos, parentes, amigos e vizinhos é a principal forma de abuso, além da concessão e da facilitação a que crianças e adolescentes entrem no mundo do tráfico e da exploração comercial.

Foram denunciados pontos comerciais e logradouros públicos no Recife (Av. Conselheiro Aguiar, orla marítima de Boa Viagem, CEAGEPE, hotéis de turismo) e em municípios do interior (Feira do gado em Tabira e portas de escolas e motéis no horário da noite, no município de Serra Talhada) como locais de exploração sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, uma verdadeira rota às margens da BR-232 envolvendo municípios do sertão pernambucano, associando a exploração sexual ao tráfico de maconha foi denunciada pelo Ministério Público.

5. Dos Principais Problemas Apontados

- A abrangência do problema é estadual, não se constituindo, como alguns pensam, em um problema dos grandes centros ou capitais.

- Está associado a problemas de carência financeira e material das famílias, à falta de perspectivas sociais e de sobrevivência das crianças e adolescentes.

- A ação das ONGs é fundamental no combate à exploração e ao abuso sexual, no acolhimento à vítimas e no acompanhamento às famílias, porém há uma grande lacuna de políticas públicas preventivas, corretivas, de apoio e combate ao problema.

- Os Conselhos Tutelares têm problemas sérios de ineficácia, falta de estrutura e "engessamento" pelas administrações municipais.

- A legislação pertinente ao assunto ainda é desconhecida da sociedade e desrespeitada em muitos aspectos, como por exemplo o repasse dos recursos do fundo específico para esse fim.

6. Das Sugestões Apresentadas

O trabalho contínuo de mobilização da sociedade; formação de comissões municipais articuladas à rede estadual de combate; a educação sexual nas escolas; apoio estrutural e social às famílias são ações desenvolvidas que precisam ser aprimoradas, mas cujo resultado só virá a médio e longo prazos.

De imediato, a comissão acolhe e apresenta as seguintes sugestões:

1. Encaminhar ao Governo do Estado a solicitação de implantação de uma sede regional da DPCA no município de Serra Talhada para atender às regiões do Sertão do Pajeú, do Araripe e Central.

2. Encaminhar às Secretarias de Educação do Estado e do município de Serra Talhada as denúncias do que ocorre nas portas das escolas no horário da noite, solicitando as providências cabíveis.

3. Discutir com os órgãos competentes a pertinência de redimensionamento das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, de modo a que se pudesse coibir o tráfico de crianças e adolescentes.

Conclusão

As perspectivas de trabalho da comissão são muito desafiadoras, principalmente em relação à abrangência de todo o Estado.

Esperamos, ao concluir o trabalho, apresentar propostas para o Plano Plurianual de Pernambuco, para o Orçamento do Estado e para alterações na legislação atual e apresentação de novas leis.

COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ata da reunião da Comissão Especial Contra o Abuso e a Violência Sexual

(1ª reunião de escuta)

Recife, 15 de março de 2003.

Conforme deliberação da reunião passada, estiveram presentes como convidados a Prefeitura Municipal de Jaboatão (Programa Sentinela) e a Casa de Passagem (ONG).

Primeiro, escutamos a Sra. Suzete Gomes, gestora municipal que apresentou o Programa Sentinela (nome usual do Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, do Avança Brasil, coordenado pelo Ministério da Assistência Social).

Em Jaboatão dos Guararapes o programa presta atendimento à crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, através de um trabalho psico-social e pedagógico e tem interdisciplinaridade com os programas PETI/Agente Jovem e com as secretarias municipais de saúde e educação, com os Conselhos Tutelares, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público e com a Rede de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O Programa atende 53 crianças e adolescentes, que não ficam abrigados e são devolvidos à família.

Há monitoramento da frequência escolar e nos programas. O Núcleo de Apoio à Família (NAF), realiza reuniões periódicas e faz um trabalho preventivo. Atualmente, estão levantando dados sobre prostituição e turismo sexual, além de números de prostíbulos existentes no município.

Ela coloca que a retaguarda e a falta de abrigo ainda é falha, que o abuso tem mais incidência no seio da família e que a exploração está relacionada com drogas e dinheiro, tornando-se difícil o tratamento.

A terapia, as oficinas temáticas e encaminhamentos para outros programas existentes no município são formas de contribuir com a reinserção das crianças e adolescentes.

Os deputados Fernando Lupa e Adeldo Duarte comentaram que o narcotráfico e o roubo de cargas, também são fatores que põem as crianças e adolescentes em risco e que a família muitas vezes são responsáveis e solicitam informações sobre as ações desenvolvidas pelo Governo Estadual.

Cristina Mendonça, da Casa de Passagem, abordou sobre o processo bio-psíquico-social e de como a equipe interdisciplinar que envolve psicólogos, assistentes sociais e pedagogos encaminha os casos atendidos: através de grupos de apoio nas comunidades, mobilizando os familiares e de um programa interno denominado de Passagem para a Vida, cujo objetivo é o de resgatar a auto-estima.

O público atendido é formado basicamente por meninas, com idade entre 7 e 14 anos, que não são oriundas do turismo sexual, mas abusadas e violentadas e está distribuído em aproximadamente 15 comunidades.

As dificuldades relatadas são as de condições básicas de estrutura, recursos materiais, sustentação financeira. A Casa de Passagem vive de projetos e os financiamentos estão escassos.

Por fim, pede providências de que a Comissão sugira capacitação para a rede estadual de educação, como forma de romper o silêncio. O Ministério Público se pronunciou nesta reunião, dizendo que há quatro anos atrás só havia conselho tutelar em um município.

Diz ainda que o município de Jaboatão sempre foi avesso às políticas de prevenção e nunca implantou programas federais.

E, que a tendência deveria ser a de que cada município assumisse sua própria rede e que o único município da região metropolitana que não tem conselho tutelar é Abreu e Lima.

Expressou também a preocupação de como se dá o atendimento psicoterapêutico, tanto da vítima quanto do acusado e que a incidência de pedofilia é alta; a pena prisional não resolve, porque ao retornar o convívio social o abuso também retorna.

Como sugestão, pede que a Comissão peça informação aos municípios de como estão tratando os conselhos tutelares e ao Tribunal de Contas do Estado, instrução e fiscalização nos repasses e captação de recursos dos fundos municipais.

COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ata da reunião da Comissão Especial Contra o Abuso e a Violência Sexual

(2ª reunião de escuta)

Recife, 29 de março de 2003.

De acordo com a decisão do colegiado, foram convidados para esta reunião a DPCA (Delegacia Proteção à Criança e ao Adolescente) que se fez representar pela senhora Eliane Caldas e representantes dos Conselhos Tutelares de Recife e Ipojuca.

A senhora Eliane Caldas, fez uma apresentação dos serviços prestados pela DPCA que, tem papel de polícia, age com repressão, instauração de inquérito e acompanha através de blitz e de denúncias; onde a blitz faz o flagrante, principalmente de recrutadores. De março até hoje, foram feitos 12 flagrantes, onde a família muitas vezes é conivente.

Sobre o disk-denúncia: funciona com 3 atendentes, recebendo de 16 a 20 ordens de serviço por dia e o telefone só funciona no período diurno. Mas, recebe também, encaminhamentos da Secretaria de Defesa Social e o tipo de denúncia é de casas de prostituição e aliciamento.

Diz ainda que, o serviço não funciona 24 horas porque precisa de pessoal e que um telefone 0800 o facilitaria e ampliaria (até pela clientela que geralmente faz as denúncias).

Como trabalho preventivo, oferece palestras em escolas e treinamento de enfermeiras.

Diz ainda que, a maior incidência é em relação a maus tratos por parte da família e é mais preocupante do que a exploração sexual, embora esta também seja muito grande.

No interior do estado não há atuação sistemática, porque não tem efetivo; não há articulação com as delegacias, e em casos muito especiais, e os conselhos tutelares fazem poucos encaminhamentos.

Na opinião dela, o Governo Estadual precisa investir mais em material, pessoal, equipamentos e automóveis e que o apoio da Assembléia Legislativa é muito importante.

Sobre a denúncia realizada pela grande imprensa (conforme anexos), sobre exploração sexual na CEASA/CEAGEPE, foi informado que a DPCA já conhece e que no ano anterior eram mais freqüentes e que diariamente era realizada uma blitz, sendo feitas revistas em todos os caminhões e boxes e nenhum flagrante foi detectado e que os bares que localizam-se no entorno estão fechando mais cedo, como medida preventiva.

Até esta data, foram registrados 46 casos de estupro.

Os Conselhos Tutelares não compareceram: Recife justificou agenda e Ipojuca, porque o prefeito não havia liberado o carro.

Ao facultar a palavra, foi ouvida a representante do CENDHEC, senhora Carla que também faz parte da Rede Estadual de Combate a Exploração e Abuso Sexual e, na sua fala registrou que as ações são muito pontuais e que, isso se dá porque culturalmente as crianças e adolescentes não são reconhecidas como sujeitos de direito e que tanto em uma audiência com as ONG’s como nesta reunião de hoje com a DPCA, está claro a ausência de políticas públicas.

Por fim, deixa como sugestão a instalação de um posto policial dentro da CEAGEPE.

O representante da Delegacia Regional do Trabalho, senhor Pedro Serafim, citou a Convenção 182 da OIT, que trata da erradicação das piores formas do trabalho infantil trabalho infantil

O Ministério do Trabalho já investigou a CEAGEPE quanto ao trabalho infantil e que a inércia e falta de controle dos administradores impedem uma fiscalização mais eficaz.

Sobre o lixo de Aguazinha, diz que falta articulação dos poderes públicos municipal e estadual e que muitas ações precisam de retaguarda de políticas e ações governamentais, citando como exemplo o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

Por fim, sugere uma visita à região do Araripe e que Rede Estadual de Combate à Exploração deve participar de todas as reuniões dessa Comissão.

COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ata da reunião da Comissão Especial Contra o Abuso e a Violência Sexual

(3ª reunião de escuta)

Serra Talhada, 16 de maio de 2003.

Conforme deliberação do colegiado, esta reunião foi realizada no município de Serra Talhada, com o objetivo de buscar subsídios que possibilite a elaboração de propostas e a escuta de denúncias de representantes do Ministério Público sobre a exploração e o abuso sexual.

O promotor de justiça, Dr. Francisco Ortêncio diz que: é uma ocorrência crônica no Sertão Central, do Araripe, do Pajeú, do Moxotó, às margens da BR 232 e uma verdadeira rota.

A falta de metas suficientes dos programas de atendimento e não adianta tão somente tratar as crianças, sem dar a família condições de estruturar-se.

Dentre os entes federativos, os municípios não têm dado a necessária atenção ao problema: os conselhos tutelares não funcionam, há engessamento por parte dos gestores, que não sensibilizam-se.

Hoje, temos um divisor de águas e esse posicionamento da Assembléia Legislativa, dá um novo rumo em termos de soluções que precisam ser tomadas, como a criação de uma DPCA no interior do Estado.

Na rota, além da exploração sexual, há tráfico de drogas (transporte de maconha) e sugere ações integradas (Polícia Militar/Polícia Civil/Movimentos Sociais), poderiam ser uma solução.

Sobre a Polícia Rodoviária Federal, sugere a mudança na legislação e que emergencialmente poderia ser suprida pela DPCA no interior (na região do Sertão de PE).

Para o deputado Sebastião Oliveira, há rebatimentos na saúde das crianças e adolescentes com doenças, mutilações, abortos provocados e gravidez precoce.

Para o presidente da OAB, Dr. Jânio Carvalho, há pressão dos aliciadores contra os pais que denunciam o desaparecimento de suas filhas.

O maior problema se dá nas escolas: é preciso exigir a frequência às aulas sistematicamente e os/as alunos/as faltosos/as, tivessem seus pais chamados; as portas das escolas no turno da noite são alvo de assédio.

É importante que haja políticas públicas na área da saúde, educação, segurança e emprego para as populações carentes.

Para o Padre Antônio, o problema não é moral, é social; é necessário que as autoridades tenham responsabilidade e que as famílias e as pastorais reflitam e conscientizem sobre os valores. (isso deve constar?).

O delegado de polícia de Serra Talhada, Sr. Joedilson Teixeira de Souza, em sua fala diz que o quadro é muito dramático e que a Polícia Civil pode muita coisa, mas não pode nada sozinha e que deve haver uma preocupação especial com a questão, principalmente quanto ao tratamento aos criminosos que ficam impunes.

A Pastoral da Criança, através de Ari Amorim, denuncia que há uma rota entre Salgueiro/Petrolândia/Arcoverde e Belo Jardim, onde os pais entregam suas crianças em troca de dinheiro.

Ele propõe que uma extensão da DPCA e FUNDAC; ampliação dos programas e metas; que no currículo escolar devia conter matéria sobre o ECA; criação de espaços para apoio e acolhimento às vítimas e criação de um disque-denúncia especial.

Ivete Nunes, Presidenta do Conselho Tutelar, expõe sobre o atendimento: são 500 atendimentos anuais, de variadas formas de exploração, inclusive de trabalho infantil, onde os responsáveis são os próprios pais ou pessoas próximas.

A Coordenadora do Programa Sentinela em Serra Talhada, Adriana Oliveira, afirma que no período de 1 ano, tempo em que ocupa a coordenação do Programa, os atendimentos realizados são em relação ao abuso sexual praticados pelos pais, onde as crianças são ameaçadas com armas e em alguns casos, houve gravidez.

Para ela, “há concorrência entre mãe e filha”, no que diz respeito a figura masculina.

Como sugestões: O Programa de Saúde da Família precisa ter uma atuação na saúde mental; os jovens precisam ser protagonistas e formadores de opinião contra o abuso sexual e a violência; é necessário uma aliança do Programa Sentinela com o Conselho Tutelar; criação de um disque-denuncia gratuito; reforço à criação da DPCA e exame pericial no IML.

Para Rosinha Gomes, da coordenação do SINTEPE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco), o abuso e a exploração sexual praticada contra crianças e adolescentes é uma violação dos direitos humanos e que a importância da descentralização do Fórum de Debates é fundamental.

Para ela, a questão das drogas no interior das escolas deve ser bastante observada, assim como a evasão escolar por gravidez precoce.

Cita a Feira de Gado, em Tabira, como local que concentra alto índice de prostituição e de abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes.

A falta de estrutura do Conselho Tutelar de São José do Egito (não tem telefone) dificulta o trabalho.

A morte de crianças e adolescentes, muitas vezes está relacionada com a “queima de arquivo”, devido ao tráfico de drogas. E que, no período de sete meses, 30 casos de violência contra meninos e meninas foram registrados.

Por fim, sugere que as escolas recebam verbas específicas para investirem em esporte e cultura, como atividades extra.

O vice-prefeito de Triunfo, Ozaildo Ferraz diz que é preciso combater, mas também prevenir e que a falta de espaços públicos de lazer, como parques, casas de recreio, clubes e outros, são necessários no combate.

Para ele, a geração de emprego e renda, baseada na cadeia produtiva municipal, de acordo com a vocação específica da região, pode colaborar com a erradicação da violência.

Finalizando esta audiência, falou o vice-prefeito de Serra Talhada, o senhor João Duque Filho que, ressaltou a importância desta Comissão e que desta forma, os trabalhos “não terminarão em pizza”.

COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ata da Audiência Pública sobre o Código de Conduta do Turismo

27 de abril de 2004

Para esta Audiência Pública foram convidadas a Deputada Estadual Larissa Rosado, do Rio Grande do Norte e a Srª. Ana Paula Ferreira Felizardo, da ONG Resposta.

Inicialmente, falou a Deputada Estadual Larissa Rosado que apresentou a proposta de criação do Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil, como uma declaração formal, de livre adesão, destinado a orientar e regular a conduta ética de empresas, pessoas e serviços direta ou indiretamente vinculados à indústria do turismo.

Segundo a deputada, todos os princípios de proteção à criança e ao adolescente transcritos neste código estão em consonância com a Constituição Federal, o ECA e demais Convenções, Pactos e Tratados Internacionais firmados e ratificados pelo Brasil, que prolbem a exploração sexual de crianças e adolescentes e que a adesão será feita junto ao Comitê Permanente de Monitoramento. Com a aceitação do Código de Conduta, as empresas, pessoas e serviços comprometem-se a:

Desenvolver políticas empresariais éticas e consistentes contra qualquer forma de exploração sexual infanto-juvenil, comprometendo-se a consolidá-las na imagem e na filosofia de empresa e/ou instituição;

Informar, sensibilizar e orientar os diversos segmentos da atividade turística, situados na origem e/ou nas cidades e regiões de destino turístico, sobre os termos pactuados no código;

Repudiar qualquer publicidade que estimule a exploração sexual comercial de criança e adolescente.

Sobre o Comitê ela afirma ainda que, deverá promover campanhas de divulgação e valorização do código e das empresas a ele eticamente vinculados.

A Srª. Ana Paula da ONG Resposta diz que:

A ONG Resposta hoje é a responsável por acompanhar a certificação das empresas e outras atividades, como a campanha “Turismo Sexual Infanto-Juvenil, Não Dá para Maquiar”, realizada no Aeroporto Internacional Augusto Severo, em parceria com Infraero, Polícia Federal, Ministério Público, entre outras entidades. A campanha procura conscientizar o turista sobre o problema e é intensificada principalmente no Carnaval e no verão - julho e depois de dezembro a março. O trabalho de mobilização se estende às universidades e faculdades locais que oferecem cursos de formação de Turismo. Para isso foi criado o Pacto Universitário Contra a Exploração de Crianças e Adolescentes no Turismo, que possibilitará desenvolver ações com a comunidade acadêmica, garantindo assim a sensibilização dos futuros operadores do turismo local. Ao final, tendo ouvido as convidadas a Comissão ficou de avaliar junto ao Governo Estadual e demais entidades, sobre a viabilidade da implementação do Código de Conduta aqui no Estado de Pernambuco.

COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

PROPOSTAS

Ao longo dos depoimentos ouvidos pela Comissão Especial e durante o próprio desenvolvimento dos trabalhos, muitas proposições foram feitas e estão acolhidas no presente relatório.

Outras se originaram da própria reflexão dos membros da Comissão e dizem respeito à atuação dos poderes ponstituídos e das instituições e entidades que lidam com a temática da criança e do adolescente.

No âmbito da *Secretaria Estadual de Educação* se propõe:

1. Incluir o Estatuto da Criança e do Adolescente como conteúdo das capacitações de professoras/es;

2. Realizar trabalho de conscientização integrado entre as escolas e as famílias com o objetivo de romper o silêncio quanto à violência sexual infanto-juvenil.

Na competência do *Ministério Público Estadual* se propõe:

1. Subsidiar os municípios com informações sobre os Conselhos Tutelares;

2. Fazer gestões junto aos municípios para constituição dos Conselhos Tutelares, bem como assegurar as suas condições de funcionamento.

Na competência do *Poder Executivo Estadual* se propõe:

1 Ampliar para 24 horas o funcionamento do serviço 0800 (disque denúncia) da DPCA;

2 Instalar um posto policial dentro da CEAGEPE;

3. Fiscalizar eventos já indicados como locais de aliciamento de jovens e adolescentes, a exemplo da Feira do Gado, em Tabira.

No âmbito do *Tribunal de Contas do Estado* se propõe um trabalho especializado na instrução e na fiscalização dos repasses e captação de recursos dos fundos específicos para criança e adolescente.

No âmbito do Governo Federal se propõe que seja analisada pelos órgãos competentes a possibilidade de alteração na legislação que dispõe sobre as competências da Polícia Rodoviária Federal para que as rotas de tráfico de crianças e adolescentes com fins de exploração sexual sejam fiscalizadas.

Para a *Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, além do encaminhamento das propostas aos outros poderes e às instituições, se propõe a edição de uma cartilha informativa e mobilizadora sobre a temática, que possa ser usada por escolas, associações, conselhos tutelares etc.

DEPUTADA TERESA LEITÃO
RELATORA

DEPUTADA CARLA LAPA
PRESIDENTE

DEPUTADA ANA CAVALCANTI
VICE-PRESIDENTE

DR. FRANCISCO CRUZ ROSA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

CRISTIANE ALVES DE LIMA
ASSESSORIA EXECUTIVA

JACQUELINE ARAÚJO
ASSESSORIA DE IMPRENSA

PAULA JANIEIRE B. C. DE MELO
FLÁVIA VERÇOZA
SECRETARIA

Mensagens

MENSAGEM Nº 064/2006

Recife, 22 de maio de 2006.

Excelentíssimo Senhor,

Remeto a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembléia, Projeto de Lei que autoriza a abertura ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2006, de crédito especial no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em favor da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, para aplicação pelo Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

A solicitação em apreço, objetiva, incluir na programação do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, no Programa "0192 - Ações Comunitárias do Estado", a Atividade "1555 - Atendimento às Ações Assistenciais de Caráter de Emergência".

Os recursos necessários à realização da despesa prevista no anexo Projeto de Lei, em conformidade com seu artigo 1º, serão os provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do Orçamento em vigor, na forma do disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o artigo 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de maio de 2006.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ROMÁRIO DIAS**
DD. Presidente da Assembléia Legislativa
NESTA

Projeto de Lei Ordinária Nº 1311/2006

Ementa: Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2006, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2006, em favor do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, crédito especial no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para aplicação conforme discriminação a seguir:

RECURSOS DO TESOIRO EM R\$ 1,00

	33000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA	
	63010 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	
Atividade:	63010.082440192.1555 - Atendimento às Ações Assistenciais de Caráter de Emergência	200.000
	3.3.50.00 - FNT 0101 - Outras Despesas Correntes	200.000
TOTAL		200.000 =====

63010 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS

DESCRIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO

PROGRAMA(F) : 0192 - AÇÕES COMUNITÁRIAS DO ESTADO

Objetivo: Promover as ações de assistência social de competência do Estado.

Atividade: 63010.082440192.1555 - Atendimento às Ações Assistenciais de Caráter de Emergência

Finalidade: Prestar atendimento à população concentrada em regiões de risco, seja pelas encostas, morros e pela região da planície, atingidas por calamidade e situação de emergência.

Produto	Unidade	Meta
Ação Realizada	Unidade	1

Art. 2º Os recursos necessários à cobertura do crédito especial de que trata a presente Lei serão os provenientes da anulação de dotações orçamentárias, constantes do Orçamento em vigor, a seguir discriminadas:

RECURSOS DO TESOIRO EM R\$ 1,00

	33000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA	
	33010 - Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania - Administração Direta	
Projeto:	33010.141260116.0956 - Implantação do Sistema de Compras Eletrônicas no Órgão da SDSC	100.000
	3.3.90.00 - FNT 0101 - Outras Despesas Correntes	100.000
Projeto:	33010.141260116.0957 - Implantação da Rede PE-MULTIDIGITAL na SDSC	100.000
	3.3.90.00 - FNT 0101 - Outras Despesas Correntes	100.000
TOTAL		200.000 =====

Art. 3º Fica, ainda, ajustado, no que couber, o Plano Plurianual 2004 - 2007, aprovado pela Lei nº 12.427, de 25 de setembro de 2003 e revisado para o exercício de 2006, pela Lei nº 12.881, de 19 de setembro de 2005, tendo em vista a sua compatibilização com as alterações orçamentárias aprovadas na presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de maio de 2006.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado

Às 3ª, 2ª, 1ª e 10ª Comissões.

MENSAGEM Nº 065/2006.

Recife, 22 de maio de 2006.

Senhor Presidente,

Valho-me do ensejo para remeter a essa Egrégia Assembléia, Projeto de Lei que autoriza a abertura ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2006, de crédito suplementar no valor de R\$ 16.483.740,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e quarenta reais), em favor da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

A solicitação em apreço tem como objetivo reforçar dotações orçamentárias destinadas a viabilizar a execução do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - Fazendo Escola.

Os recursos necessários à realização das despesas previstas no anexo Projeto de Lei, em conformidade com o seu artigo 1º, serão os provenientes da Resolução nº 023, de 24.04.2006, firmada com o Ministério da Educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, não previstos no Orçamento em vigor, abrangidos pela autorização contida no artigo 35, da Lei nº 12.880, de 19 de setembro de 2005.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o artigo 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de maio de 2006.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ROMÁRIO DIAS**
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa
NESTA

Projeto de Lei Ordinária Nº 1312/2006

Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2006, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2006, em favor da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, crédito suplementar no valor de R\$ 16.483.740,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e quarenta reais), destinado ao reforço das dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

RECURSOS DO TESOIRO EM R\$ 1,00

	14000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
	14010 - Secretaria de Educação e Cultura - Administração Direta	
Atividade:	14010.123660262.1065 - Educação de Jovens e Adultos de Qualidade com Inclusão Social	16.483.740
	3.1.90 - FNT 0102 - Pessoal e Encargos Sociais	5.000.000
	3.3.90 - FNT 0102 - Outras Despesas Correntes	11.483.740
TOTAL		16.483.740 =====

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o artigo anterior são os provenientes da Resolução nº 023, de 24.04.2006, firmada com o Ministério da Educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, não previsto no Orçamento em vigor, abrangida pela autorização contida no artigo 35, da Lei nº 12.880, de 19 de setembro de 2005, tendo por objetivo aprovar, para o exercício de 2006, os critérios e as normas de transferência de recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, classificada da seguinte forma:

(RECEITAS DO TESOIRO)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	EM R\$ 1,00
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	16.483.740
1700.00.00	Transferências Correntes	16.483.740
1760.00.00	Transferências de Convênios	16.483.740
1761.00.00	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	16.483.740
1761.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	16.483.740

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de maio de 2006.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Comissões.

MENSAGEM Nº 066/2006.

Recife, 22 de maio de 2006.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei que autoriza a concessão de uso de imóvel público a particular, a título oneroso, por prazo de até 4 (quatro) anos, pertencente ao Estado de Pernambuco, consoante o disposto no artigo 15, inciso IV, da Constituição do Estado.

As concessão de uso em apreço refere-se a área do imóvel localizado na Avenida João de Barros, nº 399, Boa Vista, Recife, neste Estado, cuja destinação será, exclusivamente, para a implantação do serviço de fornecimento de refeições.

Resalta-se que o contrato de concessão de uso será, necessariamente, precedido de licitação, conforme previsto pelo artigo 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

Na expectativa de que se emprestará, ao Projeto o indispensável apoio a sua formalização, colho a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e seus ilustres Pares protestos de estima e consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de maio de 2006.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ROMÁRIO DIAS**
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa
NESTA

Projeto de Lei Ordinária Nº 1313/2006

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de imóvel público, mediante prévia licitação, nos termos do artigo 4º, § 1º da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO****DECRETA:**

Art. 1º O Estado de Pernambuco fica autorizado a conceder a particular, a título oneroso, pelo prazo de até 04 (quatro) anos, uso de imóvel com área total, de 18m2 (dezoito metros quadrados), situado na Avenida João de Barros, 399, Boa Vista, Recife, neste Estado, onde está localizado o Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior será administrado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco e destinar-se-á ao uso exclusivo aos serviços de fornecimento de refeições.

Art. 3º A concessão de uso, objeto desta Lei, será instrumentalizada através de contrato de concessão de uso, a ser necessariamente precedido de licitação, conforme previsto pelo artigo 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subseqüentes, e será celebrado entre o Estado de Pernambuco e o vencedor do certame licitatório, exclusivamente para o fim especificado no artigo anterior, sob pena de sua rescisão.

Art. 4º Findo o prazo de concessão, a renovação para novo período somente dar-se-á por lei específica.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de maio de 2006.**

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado

Às 4ª, 3ª, 2ª, 1ª Comissões.

MENSAGEM Nº 067/2006

Recife, 22 de maio de 2006.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, o anexo projeto de lei que tem por objetivo conceder Pensão Especial mensal aos dependentes de JORGE AFONSO GUILHERME, ex- Soldado da Polícia Militar de Pernambuco : **GIVANILDA RUFINO DA SILVA** companheira, e sua filha menor **GEORGIA LAÍS DA SILVA GUILHERME**, por ela representada, e **MÁRIO JORGE AFONSO GUILHERME**, filho menor, representado por sua genitora JOVELINA BRITO DOS SANTOS.

O ex-policial militar faleceu em serviço, vítima de homicídio, conforme informações contidas no Processo nº 089/05/DP-4, da Polícia Militar de Pernambuco.

O Projeto ora encaminhado, atende aos pressupostos exigidos na Constituição do Estado, artigo 100, § § 8º, 9º e 12, e no artigo 134, da Lei nº 6.783, de 16 de outubro de 1974, c/c o artigo 111, e seu parágrafo único, da Lei nº 10.426, de 27 de abril de 1990.

Renovo a Vossa Excelência, na oportunidade, protestos de elevado apreço e distinta consideração.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de maio de 2006.**

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ROMÁRIO DIAS**
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA.

Projeto de Lei Ordinária Nº 1314/2006

Ementa: Concede Pensão Especial.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO****DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida Pensão Especial mensal, no valor de R\$ 923,90 (novecentos e vinte e três reais e noventa centavos) aos dependentes de JORGE AFONSO GUILHERME, ex- Soldado da Polícia Militar de Pernambuco, promovido "post – mortem" à graduação de Cabo PM, a contar de 16 de dezembro de 2000 : **GIVANILDA RUFINO DA SILVA** companheira, e sua filha menor **GEORGIA LAÍS DA SILVA GUILHERME**, por ela representada, e **MÁRIO JORGE AFONSO GUILHERME**, filho menor, representado por sua genitora JOVELINA BRITO DOS SANTOS.

§ 1º Os valores devidos aos beneficiários, com anterioridade e após a data estabelecida neste artigo serão pagos na forma prevista pelo artigo 100, §§ 8º, 9º e 12 da Constituição Estadual, c/c os artigos 110, §§ 1º e 2º, e 111, parágrafo único da Lei nº 10.426, de 27 de abril de 1990.

§ 2º A Pensão terá os seus valores automaticamente reajustados nas mesmas épocas e bases em que forem majorados os vencimentos do funcionalismo público estadual.

Art. 2º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta de crédito constante do orçamento em vigor a seguir classificado:

29000 - Encargos Gerais do Estado
29010 - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Administração e Reforma do Estado
29010.2884629019.230 - Encargos com Inativos e Pensionistas
3.1.90.03 - Pensões
3.1.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores

Art. 3º Nos futuros orçamentos do Estado deverá constar dotação suficiente à execução desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de maio de 2006.**

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado

Às 2ª, 1ª Comissões.

MENSAGEM Nº 068/2006.

Recife, 22 de maio de 2006.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, o anexo projeto de lei que tem por objetivo conceder Pensão Especial mensal aos dependentes de JOSUÉ BATISTA ROSA, ex- Soldado da Polícia Militar de Pernambuco : **TELMA VALERIA MARQUES DE MOURA ROSA** viúva, e filhos menores **DIÉGO LUCAS MARQUES ROSA** e **DIOGO LUCAS MARQUES ROSA**, por ela representados.

O ex-policial militar faleceu em serviço, vítima de homicídio, conforme informações contidas no Processo nº 265/05 DP-4 da Polícia Militar de Pernambuco.

O Projeto ora encaminhado, atende aos pressupostos adotados na Constituição do Estado, artigo 100, § § 8º, 9º e 12, e no artigo 134, da Lei nº 6.783, de 16 de outubro de 1974, c/c o artigo 111, e seu parágrafo único, da Lei nº 10.426, de 27 de abril de 1990.

Renovo a Vossa Excelência, na oportunidade, protestos de elevado apreço e distinta consideração.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de maio de 2006.**

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ROMÁRIO DIAS**
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA.

Projeto de Lei Ordinária Nº 1315/2006

Ementa: Concede Pensão Especial.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO****DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida Pensão Especial mensal, no valor de R\$ 839,91 (oitocentos e trinta e nove reais e noventa e um centavos) aos dependentes de JOSUÉ BATISTA ROSA, ex- Soldado da Polícia Militar de Pernambuco, promovido "post – mortem" à graduação de Cabo PM, a contar de 02 de dezembro de 2004: **TELMA VALERIA MARQUES DE MOURA ROSA** viúva, e filhos menores **DIÉGO LUCAS MARQUES ROSA** e **DIOGO LUCAS MARQUES ROSA**, por ela representados.

§1º Os valores devidos aos beneficiários, com anterioridade e após a data estabelecida neste artigo serão pagos na forma prevista pelo artigo 100, §§ 8º, 9º e 12 da Constituição Estadual, c/c os artigos 110, §§ 1º e 2º, e 111, parágrafo único da Lei nº 10.426, de 27 de abril de 1990.

§2º A Pensão terá os seus valores automaticamente reajustados nas mesmas épocas e bases em que forem majorados os vencimentos do funcionalismo público estadual.

Art. 2º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta de crédito constante do orçamento em vigor a seguir classificado:

29000 - Encargos Gerais do Estado
29010 - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Administração e Reforma do Estado
29010.2884629019.230 - Encargos com Inativos e Pensionistas
3.1.90.03 - Pensões
3.1.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores

Art. 3º Nos futuros orçamentos do Estado deverá constar dotação suficiente à execução desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de maio de 2006.**

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado

Às 2ª e 1ª Comissões.

Parecer da Mesa Diretora**Parecer Nº 6247/2006****Mesa Diretora**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno, analisando o Ofício nº 045/2006-MC, de 11 de maio de 2006, do **Deputado Mavieael Cavalcanti**, no qual solicita 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 04 de maio do ano em curso, e estando o referido processo devidamente instruído conforme manda o §1º, do artigo 40, acima citado, pela Junta Médica da Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional desta Casa, submete à apreciação do Plenário o seguinte:

Projeto de Resolução Nº 1316/2006**Concessão de licença a deputado.**

Ementa: Concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Mavieael Cavalcanti.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO****RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde ao Deputado Mavieael Cavalcanti, a partir de 04 de maio de 2006, nos termos do inciso III, do artigo 38, do Regimento Interno.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 22 de maio de 2006.

Mesa Diretora

Deputado Raimundo Pimentel - 2º Vice - Presidente
Deputado João Negromonte - 1º Secretário
Deputado Guilherme Uchôa - 2º Secretário
Deputado Sérgio Leite - 3º Secretário
Deputada Carla Lapa - 4º Secretário

Indicações

Indicação N° 5477/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Mendonça Filho, ao Exmo Sr. Secretário de Defesa Social, Rodney Rocha Miranda, e ao Exmo. Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, Cel da PM Cláudio Silva, visando **disponibilizar uma viatura para a PM em Limoeiro**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Comandante do 2ºBPM, Ten. Cel. César Juvenal de **Matos**, na Av. Tiradentes s/n, Nazaré da Mata, 55.800-000, ao Comandante da 2ª Cia. de Polícia do 22º BPM, 1º Ten. PM Romildo Rodrigues de Lima, na Av. Jerônimo Heráclio, 1947, João Ernesto, Limoeiro-PE, 55700-000, ao Diretor da Rádio Jornal Limoeiro, Juari Barroso, na Praça da Bandeira n.º 44, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Diretor do Informativo Fique por Dentro, Rubens Sacramento, na Av. Santo Antônio n.º 406, 1.º andar, Limoeiro, 55700-000; aos Revmos. Srs., Pe. Luís e Pe. Inácio, no Salão Paroquial, Rua da Matriz s/n, Limoeiro-PE, 55700-000; a Presidenta da Sociedade São Vicente de Paulo de Limoeiro, Srta. Sônia Maria Cavalcanti, Rua da Matriz s/n, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro, Sr. Emanuel Augusto Gomes Neto, Rua Frei Estevão, 58, Centro, limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente do SINSEMUL, Sr. Ivo Leocádio da Silva, na Rua Santa Cruz, 25/29, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente da Câmara Municipal do Limoeiro, Dr. Geraldo José de Moraes Guerra, e aos demais vereadores, na Rua da Matriz, 134, Limoeiro-PE, 55700-000.

Justificativa
<p>Segundo avaliação do Governo do Estado (dados do PPA 2004/2007), Limoeiro detém os maiores e, conseqüentemente, os piores índices de mortalidade por homicídios no Agreste Setentrional, são 83,4 por 100.000 habitantes, o que coloca Limoeiro entre os trinta municípios mais violentos do Estado.</p> <p>O município em questão necessita de uma atenção especial no quesito segurança pública, pois os índices de violência, obtidos junto ao Governo do Estado, bem demonstram o sentimento de insegurança que aflige a população.</p> <p>Dessa forma, é necessário reforçar a quantidade de viaturas da PM para facilitar o policiamento em Limoeiro, já que o efetivo de viaturas não está adequado para atender toda a área municipal, principalmente à zona rural.</p> <p>Assim, considerando a relevância do objeto desta proposição, já que tratada da melhoria da qualidade da segurança pública, faz-se necessário a sua aprovação, em resposta a uma reivindicação da população daquele município.</p> <p>Sala das Reuniões, em 18 de maio de 2006.</p>
Ricardo Teobaldo Deputado

Indicação N° 5478/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Mendonça Filho; ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Agenor Álvares, ao Exmo. Sr. Secretário de Infra-estrutura, Fernando Dueire; e ao Exmo Sr. Secretário de Saúde, Gentil Porto, no sentido de adotarem as medidas necessárias visando a **inclusão do município de LIMOEIRO-PE no Projeto Alvorada de Saneamento Básico**.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Mendonça Filho; ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Agenor Álvares, ao Exmo. Sr. Secretário de Infra-estrutura, Fernando Dueire; e ao Exmo Sr. Secretário de Saúde, Gentil Porto; ao Diretor da Rádio Cultural FM, Alexandre Queralvares, na Rua da Alegria, 990, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Diretor da Rádio Jornal de Limoeiro, Juari Barroso, na Praça da Bandeira, 44, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Diretor do Informativo Fique por Dentro, Rubens Sacramento, na Av. Santo Antônio, 406, 1.º andar, Limoeiro, 55700-000; aos Revmos. Srs., Pe. Luís e Pe. Inácio, no Salão Paroquial, Rua da Matriz s/n, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; a Presidenta da Sociedade São Vicente de Paulo de Limoeiro, Sônia Maria Cavalcanti, na Rua Vigário Joaquim Pinto, 105, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro, Emanuel Augusto Gomes Neto, Rua Frei Estevão, 58, Centro, limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente do SINSEMUL, Ivo Leocádio da Silva, na Rua Santa Cruz, 25/29, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente da Câmara Municipal do Limoeiro, Dr. Geraldo José de Moraes Guerra, e aos demais vereadores, na Rua da Matriz, 134, Limoeiro-PE, 55700-000.

Justificativa
<p>Dentre os problemas de degradação ambiental, a falta de saneamento básico é o que afeta a qualidade de vida das pessoas na maior parte dos municípios brasileiros. De acordo com a MUNIC, a presença de esgoto a céu aberto prejudica comunidades em 1.031 municípios (46%).</p> <p>No Nordeste, o estado com mais municípios com pelo menos um impacto ambiental relevante foi Pernambuco, onde 82% deles têm esgoto a céu aberto.</p> <p>Conforme dados do IBGE, o município de Limoeiro, com população estimada em mais de 56 mil habitantes, possui 14.391 domicílios particulares permanentes, mas apenas 2.096 domicílios possuem banheiro ligado à rede geral de esgoto.(Fonte: IBGE Cidades – síntese: População e domicílios 2000/2001). Assim, em Limoeiro mais de 85% dos domicílios não dispõem de esgotos.</p> <p>Obviamente, a inexistência de esgotamento em tantas residências tem acarretado diversas doenças naquele município, comprometendo a qualidade de vida de grande parcela da população.</p> <p>Dessa forma, faz-se necessário a expansão do sistema de esgotamento no município de Limoeiro, através do Projeto Alvorada de Saneamento Básico.</p> <p>Diante do exposto, na qualidade de legítimo representante daquela Região e considerando a relevância do pedido, já que se refere à questão de saúde pública, solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente indicação.</p> <p>Sala das Reuniões, em 18 de maio de 2006.</p>
Ricardo Teobaldo Deputado

Indicação N° 5479/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido o Plenário, obedecidas às normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Ilmo. Sr. Gerente de Relações Institucionais da TELEMAR Nordeste, Délio Zobaran, no sentido de determinar providencias administrativas e técnicas para viabilizar a instalação de um telefone público na localidade de **SERRA DOS CARNEIROS, no município de Limoeiro-PE**.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Diretor da Rádio Cultural FM, Alexandre Queralvares, na Rua da Alegria 990, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Diretor da Rádio Jornal de Limoeiro, Juari Barroso, na Praça da Bandeira 44, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Diretor do Informativo Fique por Dentro, Rubens Sacramento, na Av. Santo Antônio 406, 1.º andar, Limoeiro, 55700-000; aos Revmos. Srs., Pe. Luís e Pe. Inácio, no Salão Paroquial, Rua da Matriz s/n, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; a Presidenta da Sociedade São Vicente de Paulo de Limoeiro, Srta. Sônia Maria Cavalcanti, na Rua Vigário Joaquim Pinto, 105, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro, Sr. Emanuel Augusto Gomes Neto, Rua Frei Estevão, 58, Centro, limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente do SINSEMUL, Sr. Ivo Leocádio da Silva, na Rua Santa Cruz, 25/29, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente da Câmara Municipal do Limoeiro, Dr. Geraldo José de Moraes Guerra, e aos demais vereadores, na Rua da Matriz, 134, Limoeiro-PE, 55700-000.

Justificativa
<p>O acesso a meios de comunicação, nos dias atuais, é essencial a qualquer comunidade. Ocorre que, os moradores da localidade de Serra dos Carneiros no município de Limoeiro, passam sérias restrições quanto ao acesso à telefonia e, conseqüentemente, a todos os benefícios que hoje estão agregados ao telefone, como a diversos serviços de utilidade pública, por exemplo: Prontidão da CELPE, Disque Denúncia, 190, dentre tantos outros.</p> <p>Diante do exposto, na qualidade de legítimo representante daquele Município e considerando a relevância do pedido, já que não há serviço de telefonia fixa naquela comunidade, solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente indicação.</p> <p>Sala das Reuniões, em 18 de maio de 2006.</p>
Ricardo Teobaldo Deputado

Indicação N° 5480/2006

Indicamos à Mesa, depois de ouvido o Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja formulado um veemente apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Mendonça Filho e ao Exmo. Sr. Diretor Geral do DER-PE, Luciano Danzi, no sentido de **pavimentar a via que liga a PE-90 à Sede do Distrito de Urucuba, no município de Limoeiro**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Mendonça Filho, na Praça da República, s/nº, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-050; ao Exmo. Sr. Diretor Geral do DER-PE, Dr. Luciano Danzi, ao Ilmo. Diretor da Rádio Cultural FM, Sr. Alexandre Queralvares, na Rua da Alegria, 990, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Ilmo. Diretor da

Rádio Jornal de Limoeiro, Juari Barroso, na Praça da Bandeira, 44, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Ilmo. Diretor do Informativo Fique por Dentro, Sr. Rubens Sacramento, na Av. Santo Antônio 406, 1.º andar, Limoeiro, 55700-000; aos Ilmos. Sacerdotes da Igreja Católica em Limoeiro, Pe. Luís, Pe. José Edson e Pe. Inácio, no Salão Paroquial, Rua da Matriz s/n, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Exmo. Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro, Sr. Emanuel Augusto Gomes Neto, Rua Frei Estevão, 58, Centro, limoeiro-PE, 55700-000; ao Exmo. Sr. Presidente do SINSEMUL, Sr. Ivo Leocádio da Silva, na Rua Santa Cruz, 25/29, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000, Sr. Emanuel Augusto Gomes Neto, Rua Frei Estevão, 58, Centro, limoeiro-PE, 55700-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do Limoeiro, Dr. Geraldo José de Moraes Guerra, e aos demais vereadores, na Rua da Matriz, 134, Limoeiro-PE, 55700-000.

Justificativa
<p>A presente indicação visa atender antigo pleito da população do município de Limoeiro, existindo, inclusive, um projeto no DER acerca da pavimentação da referida via.</p> <p>O Distrito de Urucuba, depois da Sede de Limoeiro, é a área mais populosa daquele município, residindo mais de oito mil pessoas. O Distrito é conhecido pelas terras férteis que possui, daí a grande variedade de produtos orti-fruti-granjeiros cultivados. Também merece destaque, a importância da região na criação de gado, tanto para abate quanto leiteiro. Para se ter idéia, Limoeiro possui um efetivo de 13.500 cabeças de gado, conforme dados do IBGE em 2000, e Urucuba responde por boa parte desse rebanho.</p> <p>Atualmente, os produtos cultivados naquele distrito e áreas circunvizinhas dependem das condições meteorológicas para serem transportados para os grandes centros, pois nas épocas de chuva o escoamento da produção fica comprometido, haja vista a situação precária da rodovia, hoje não asfaltada.</p> <p>Desta maneira, a atividade agrícola na região torna-se desestimulante, pois o agricultor não tem a certeza do escoamento de sua produção, ficando à mercê das condições da rodovia.</p> <p>Assim, o asfaltamento, além de beneficiar diretamente oito mil residentes, facilitando o acesso a serviços públicos essenciais, como, por exemplo, ao Hospital Regional José Fernandes Salsa, também otimizará o escoamento de produtos orti-fruti-granjeiros e pecuários, de modo a estimular o aumento da produção, aquecendo a economia da região, já que estaria garantido o transporte da produção.</p> <p>Diante do exposto, na qualidade de legítimo representante daquele Município e considerando a relevância do pedido, solicito aos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.</p>
Sala das Reuniões, em 18 de maio de 2006.
Ricardo Teobaldo Deputado

Indicação N° 5481/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido o Plenário, obedecidas às normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Ilmo. Sr. Gerente de Relações Institucionais da TELEMAR Nordeste, Délio Zobaran, no sentido de determinar providencias administrativas e técnicas para viabilizar a instalação de um telefone público na localidade de **GUABIRABINHA, no município de Limoeiro-PE**.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Diretor da Rádio Cultural FM, Alexandre Queralvares, na Rua da Alegria 990, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Diretor da Rádio Jornal de Limoeiro, Juari Barroso, na Praça da Bandeira 44, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Diretor do Informativo Fique por Dentro, Rubens Sacramento, na Av. Santo Antônio 406, 1.º andar, Limoeiro, 55700-000; aos Revmos. Srs., Pe. Luís e Pe. Inácio, no Salão Paroquial, Rua da Matriz s/n, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; a Presidenta da Sociedade São Vicente de Paulo de Limoeiro, Srta. Sônia Maria Cavalcanti, na Rua Vigário Joaquim Pinto, 105, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro, Sr. Emanuel Augusto Gomes Neto, Rua Frei Estevão, 58, Centro, limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente do SINSEMUL, Sr. Ivo Leocádio da Silva, na Rua Santa Cruz, 25/29, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente da Câmara Municipal do Limoeiro, Dr. Geraldo José de Moraes Guerra, e aos demais vereadores, na Rua da Matriz, 134, Limoeiro-PE, 55700-000.

Justificativa
<p>O acesso a meios de comunicação, nos dias atuais, é essencial a qualquer comunidade. Ocorre que, os moradores da localidade de Guabirabinha no município de Limoeiro, passam sérias restrições quanto ao acesso à telefonia e, conseqüentemente, a todos os benefícios que hoje estão agregados ao telefone, como a diversos serviços de utilidade pública, por exemplo: Prontidão da CELPE, Disque Denúncia, 190, dentre tantos outros.</p> <p>Diante do exposto, na qualidade de legítimo representante daquele Município e considerando a relevância do pedido, já que não há serviço de telefonia fixa naquela comunidade, solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente indicação.</p> <p>Sala das Reuniões, em 18 de maio de 2006.</p>
Ricardo Teobaldo Deputado

Indicação N° 5482/2006

Indicamos à mesa, depois de ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado veemente apelo ao senhor Governador do Estado de Pernambuco, Dr. José Mendonça Bezerra Filho, ao Secretário de Infra-Estrutura, Dr. Fernando Dueire, e ao Diretor do D.E.R, Dr. Luciano Danzi, no sentido da execução de obra de Recuperação e Capinação das Rodovias PE- 217 no trecho entre as cidades de Alagoinhas e Venturosa.

Da decisão desta casa e do inteiro teor da presente proposição, dê-se conhecimento Prefeitos de Venturosa e Alagoinhas, e às Câmaras de Vereadores daqueles dois municípios, bem como ao senhor Francisco de Assis da Silva, Coordenador do **Movimento Comunitário de Alagoinha**, na Praça José Castor, 56, Alagoinha, Pernambuco.

Justificativa
<p>A rodovia acima citada encontra-se em estado de conservação sofrível, sendo importante para a circulação de passageiros e de mercadorias naquela região do nosso Estado, vimos apresentar este pleito que é de toda a população da região por onde se estende a rodovia PE - 217, que será beneficiada direta e indiretamente com a recuperação da mesma. Assim, diante do compromisso social do Governo Mendonça Filho, temos como certo o atendimento a esse pleito que irá melhorar as condições de tráfego e desenvolvimento daquela região do Estado de Pernambuco.</p> <p>Ante o exposto, solicitamos aos nossos ilustres pares a aprovação da presente proposição.</p> <p>Sala das Reuniões, em 18 de maio de 2006.</p>
Adelmo Duarte Deputado

Indicação N° 5483/2006

Indicamos à mesa, depois de ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado veemente apelo ao senhor Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Jarbas de Andrade Vasconcelos, ao Secretário de Infra-Estrutura, Dr. Fernando Dueire, e ao Diretor do D.E.R, Dr. Luciano Danzi, no sentido da execução de obra de Recuperação asfáltica, e serviços de capinação e limpeza das margens da PE 170, no Agreste do Estado.

Da decisão desta casa e do inteiro teor da presente proposição, dê-se conhecimento aos Senhores Prefeitos e às Câmaras Municipais de Lajedo, Canhotinho, Jurema, Calçado, ao Rotary Club de Lajedo na BR-423, S/N, Cohab, Lajedo – PE, ao Clube dos Diretores Lojistas de Lajedo, à AMPROTRAL – Associação dos Mine e Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Lajedo, na pessoa do seu presidente Sr. Eronides José de Melo, na rua João Pessoa 99, centro, Lajedo – PE, à Presidente do Conselho da Paz do município de Lajedo, senhora Lindalva Ferreira das Neves, na rua Major Capitu, s/n, centro, e ao Presidente do Conselho Tutelar Professor Armando Augusto da Silva, na rua Major Capitu, s/n, centro, Lajedo - PE, e às rádios Lajedo FM, na Avenida Agamenon Magalhães s/n, e Tropical Fm, na Rua Projetada, nº 01, Loteamento Fernandes, ambas em Lajedo – PE.

Justificativa
<p>A rodovia acima citada encontra-se em estado de conservação sofrível, sendo importante para a circulação de passageiros e de mercadorias na região do Agreste Meridional do nosso Estado, vimos apresentar este pleito que é de toda a população da região por onde se estende a rodovia PE-170, que será beneficiada direta e indiretamente com a recuperação da mesma. Assim, diante do compromisso social do Governo Mendonça Filho, temos como certo o atendimento a esse pleito que irá melhorar as condições de tráfego e desenvolvimento do Agreste Meridional de Pernambuco.</p> <p>Ante o exposto, solicitamos aos nossos ilustres pares a aprovação da presente proposição.</p> <p>Sala das Reuniões, em 18 de maio de 2006.</p>
Adelmo Duarte Deputado

Indicação N° 5484/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Infra-Estrutura Dr. Fernando Dueire e ao Diretor do D.E.R. Dr. Luciano Danzi, no sentido de que sejam realizados serviços de capinação e limpeza das margens da PE – 217, no trecho que liga as cidades de Venturosa e Pesqueira.

Da decisão desta casa e do inteiro teor da presente proposição, dê-se conhecimento aos Prefeitos de Venturosa e Pesqueira, e às Câmaras de Vereadores daqueles dois municípios, bem como ao senhor Francisco de Assis da Silva, Coordenador do **Movimento Comunitário de Alagoinha**, na Praça José Castor, 56, Alagoinha, Pernambuco.

Justificativa
A rodovia acima citada encontra-se em estado de conservação sofrível, sendo importante para a circulação de passageiros e de mercadorias naquela região do nosso Estado, vimos apresentar este pleito que é de toda a população da região por onde se estende a rodovia PE - 217, que será beneficiada direta e indiretamente com a recuperação da mesma. Assim, diante do compromisso social do Governo Mendonça Filho , temos como certo o atendimento a esse pleito que irá melhorar as condições de tráfego e desenvolvimento daquela região do Estado de Pernambuco. <p>Ante o exposto, solicitamos aos nossos ilustres pares a aprovação da presente proposição.</p> <p>Sala das Reuniões, em 18 de maio de 2006.</p>
Adelmo Duarte Deputado

Indicação N° 5485/2006

Indicamos à Mesa, ouvido Plenário e obedecidas as formalidades regimentais, seja encaminhado um **VEEMENTE** apelo ao Ilmo. Sr. Tufi Daher Filho, Presidente da TELEMAR, na Av. Afonso Olindense, 1513, Bairro da Várzea, Recife, no sentido de que seja instalado um Telefone Público (Orelhão) na Rua Rogaciano Santana, no município de Olinda - PE.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor da presente proposição, seja dado conhecimento as Sras. Cátia do Rego Barros Couceiro e Urbaneide de Barros Carvalho Beltrão e ao Sr. Luiz Antônio de Lima, na Rua Rogaciano Santana, números 133, 158 e 98/03, Jardim Atlântico, CEP: 53.050-270 - Olinda-PE.

Justificativa
A presente proposição objetiva fazer um apelo ao Presidente da TELEMAR para que seja instalado um Telefone Público (Orelhão) na Rua Rogaciano Santana, município de Olinda, visando atender as necessidades daquela Localidade. A implantação do serviço de telefonia vai permitir que famílias que residem na Rua e áreas circunvizinhas possam realizar negócios, agilizar atendimento médico e manter contato com parentes. <p>Em virtude da sua relevância e alcance social, conclamamos aos Ilustres Parlamentares pela aprovação do presente pleito.</p> <p>Sala das Reuniões, em 19 de maio de 2006.</p>
Nelson Pereira Deputado

Indicação N° 5486/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Exmo. Sr.Governador Mendonça Filho e ao Exmo. Sr.Professor Mozart Neves - Secretário de Educação do Estado**, no sentido de que sejam tomadas **medidas de emergência**, visando acabar com a invasão, por parte da Tecelagem Antônio Barros, no terreno da Escola Estadual Padre Aduino Nicolau Pimentel, situada na Avenida Jerônimo Heráclio, 234, Centro - Limoeiro.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Diretor da escola, Prof. Antônio Gomes dos Santos - Avenida Jerônimo Heráclio, 234, Centro - Limoeiro; ao Diretor da GERE Vale do Capibaribe, Cícero Benedito de Arruda - Praça da Bandeira, edf. Shopping Center Limoeiro, 1º andar, Centro - Limoeiro); a Dra. Isabel Cristina Holanda Tavares Leite, Promotora Pública – Fórum Desembargador Guerra Barreto - Av. Otávio de Lemos Vasconcelos, s/nº, Centro - Limoeiro.

Justificativa
A Escola Estadual Padre Aduino Nicolau Pimentel, foi fundada pelo padre Nicolau na década de 40. E, é a escola responsável pela educação de várias gerações de limoieirenses e de alunos de todos os rincões do Estado do nordeste. Primeiramente, funcionava como internato e externato, tendo sido seus ex-alunos ilustres, entre outros: Marco Antônio Vilaça, Maurílio Ferreira Lima, Arthur Correia de Oliveira, Luiz Heráclio do Rego Sobrinho. <p>Com o falecimento do Padre Nicolau, ocorrido na década de 70, a escola, que originalmente se chamava Ginásio de Limoeiro, foi vendida ao Estado.</p> <p>Atualmente, não há mais internato e a escola funciona em três turnos, com mais de 1.500 (mil e quinhentos) alunos cursando o 1º e 2º graus.</p> <p>A escola só tem uma pequena quadra para atender as necessidades de esportes dos seus alunos. No entanto há um sonho de seu corpo discente e docente,além dos seus ex-alunos, de ver a escola dotada de um ginásio coberto poliesportivo a ser construído na área que está sendo invadida pela TECELAGEM ANTÔNIO BARROS, que como se não bastasse, abriu uma passagem pelo terreno da Escola, ligando as suas propriedades, fez algumas edificações dentro do terreno da escola e vem utilizando a área da como depósito de material.</p> <p>Diante deste absurdo, é que viemos a esta Casa pedir a aprovação dos nossos pares, esperançosos de que medidas cabíveis sejam tomadas e esse crime contra o patrimonio seja cessado.</p> <p>Sala das Reuniões, em 16 de maio de 2006.</p>
Ana Cavalcanti Deputada

Requerimentos

Requerimento N° 3996/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais seja consignado na ata dos nossos trabalhos legislativos, um voto de aplauso aos que fazem o Jornal Correio do Araripe, pelo seu primeiro aniversário.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Sr. Martinho Bispo de Souza Filho e Lusmar da Costa Barros, com endereço na Rua José Barreto de Alencar, 317 A - Centro - e ao Radialista Iveraldo Nascimento, Rádio Estação Sat com endereço na Rua José Barreto de Alencar, 129 - 1º andar - Centro , ao Sr. Lula Sampaio, na Rua São Francisco, 512 - Centro, , aos Vereadores Leonardo Farias e Boba Sampaio , na Câmara Municipal, com endereço na Av. Antônio de Barros Muniz, 212 - Centro, todos na cidade de Araripina PE; aos Ex-Vereadores Paulo Arraes na Av. Florentino Batista, 15 e Evilásio Mateus, residente na Rua Genuíno de Albuquerque, 573 - Distrito de Lagoa do Barro - Araripina PE, CEP 56280-000.

Justificativa
As histórias tecidas em fios que enredam e se desenredam em outros, certamente, movem a reflexão que se anuncia. O cotidiano presenteia-nos com histórias, e vê-las tecidas sem o emaranhado que as concerne é, um feliz presente diário. Saber contá-las parece-nos essencial, e, por essa razão, o ato de escrever é a dádiva central do jornalismo. <p>A comunicação e o jornalismo, como campos de reflexão e prática, têm-se delineado a partir de um processo histórico.</p> <p>No caso do jornalismo, especificamente, pensa-se pelo viés da construção da notícia ou dos conceitos que determinam sua prática, a objetividade, a imparcialidade, entre outros.</p> <p>O jornal como lugar de relato do cotidiano apresenta, diariamente, fatos que reforçam conceitos e valores, na grande maioria das vezes, assentados em lógicas dominantes. Os personagens que fazem parte do cotidiano são, invariavelmente, os mesmos que se apresentam nos jornais, ainda que, na maior parte das vezes, nunca sejam vistos. São os mesmos porque fazem parte de uma rede na qual é tecida a vida de cada um de nós. Fazem parte não porque estabelecemos com eles um contato físico diário, mas porque estão envolvidos no nosso mundo, no nosso imaginário, do mesmo modo que nós estamos nos deles.</p> <p>O jornalista, como um dos protagonistas do ato, quando se reposiciona no lugar do humano, cria possibilidades de articular-se no tecido da vida. Ele deixa, através do texto, de ocupar o lugar de dono da lei, para tornar-se um observador, tanto quanto o é aquele para quem escreve, ainda que seja dado ao primeiro o privilégio, inegável, da escrita.</p>

É dentro desse contexto que homenageamos os que fazem o Jornal Correio do Araripe, pelo primeiro ano de sua fundação. Este veículo de comunicação vem brindando a cidade de Araripina e localidades vizinhas com informações repletas de responsabilidade e transparência.

Sala das Reuniões, em 18 de maio de 2006
Raimundo Pimentel Deputado

Requerimento N° 3997/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um Voto de Aplauso a população do município de Escada, pelo seus 133º anos de Emancipação Política, no próximo dia 24 de maio. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao:

Exmo. Sr. Governador do Estado - Dr. Mendonça Filho; <p>Exmo. Sr. Prefeito de Escada - Dr. Jadeildo Gouveia;</p> <p>Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Escada - Dr. Luiz Vanderlei;</p> <p>Ilmo. Dr. José Silveira de Lima Filho.</p>
Justificativa

Cultuar as datas históricas e marcantes da nossa Pátria é dever de todos nós. O que seria de um povo que não tivesse datas históricas a comemorar e nem vultos a homenagear? Seria, certamente, um povo sem história. Um povo sem vida e sem razão para viver.

A importância histórica, cultural e geográfica do município de Escada, não pode passar despercebida pelo povo pernambucano. O Rio Ipojuca, que poderíamos chamá-lo de Rio da Unidade de Pernambuco, tem fundamental importância para o município de Escada, notadamente, pela preservação de vegetação típica de floresta tropical, que, apesar da desenfreada exploração econômica, ainda podemos encontrar árvores de grande porte, destacando-se entre elas: Camaçari, Oiticica, Cumaru, Sucupiraçu, Maçaranduba, Jatobá, Angelim, Cetro, etc.

O progresso chegou à Escada, principalmente, a partir de 1855, quando teve início a construção da Estrada de Ferro, cuja obra foi concluída em 1860. Com a chegada do trem, um grande número de pessoas passou a residir nas proximidades da Vila, que, 13 anos após, era elevada a categoria de Cidade.

É digno de nota, lembrar da implantação da Companhia Industrial Pirapama, fundada em 1924 pelo eminente Engenheiro Luis Dias Lins. Aliás, 02 anos após, a Cidade de Escada recebia os benefícios da Energia Elétrica, gerada por essa Companhia. Com o advento da Energia Elétrica, foi criada a fábrica de Tecidos Pirapama, uma das maiores do nosso Estado.

Em síntese, não é nenhum exagero afirmar, que Escada, a exemplo de outros importantes municípios pernambucanos, merece respeito pelo seu passado e ainda mais pelo seu futuro.

Sala das Reuniões, em 16 de maio de 2006
Elias Lira Deputado

Requerimento N° 3998/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizada uma **Audiência Pública** no âmbito da Comissão de Defesa da Cidadania desta Casa, em uma data a ser definida pela citada Comissão, para tratar de problemas relacionados ao conjunto habitacional denominado Residencial Brasília Teimosa, situado na Rua das Oficinas, S/N, no bairro de mesmo nome, nesta cidade, devendo o evento contar com a participação de representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Pernambuco, da Companhia Estadual de Habitação de Obras - CEHAB, da Promotoria da Cidadania do Ministério Público de Pernambuco, Defensoria Publica Estadual, Associação Comunitária de Brasília Teimosa, Conselho de Mulheres de Brasília Teimosa, Conselho de Moradores de Brasília Teimosa e da Comissão de Luta pela Justiça e Direitos dos Moradores de Brasília Teimosa.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor da presente proposição, dê-se conhecimento a Sra. Ivonete Ferreira da Silva, Presidente da Associação Comunitária de Brasília Teimosa, na Rua Medusa, 660, CEP: 51.010-030, Brasília Teimosa, a Sra. Elides Santos Queiroz, Presidente do Conselho de Mulheres de Brasília Teimosa, na Rua Alagoinha, 70, CEP: 51.010-230, Brasília Teimosa, ao Sr. Aloísio Lins Paes Barreto, Presidente do Conselho de Moradores de Brasília Teimosa, na Rua Delfim, 607, CEP: 50.010-010, Brasília Teimosa, ao Sr. Edson Constantino de Lemos, Presidente da Comissão de Luta pela Justiça e Direitos dos Moradores de Brasília Teimosa, na Rua das Saudades, 177, Quadra B, Nº 3, CEP: 51.010-177, Vila Teimosinho, Brasília Teimosa, Recife – PE.

Justificativa
A presente preposição objetiva requerer a realização uma Audiência Pública no âmbito da Comissão de Defesa da Cidadania, com a participação das entidades públicas e civis supracitadas, para discutir os problemas relacionadas a ocupação do Residencial Brasília Teimosa, localizado nesta cidade. <p>O conjunto habitacional denominado Residencial Brasília Teimosa foi construído pelo Governo de Pernambuco, através da Companhia Estadual de Habitação de Obras – CEHAB, com recursos financeiros do próprio Estado e, também, da União, cuja ocupação ocorreu em fevereiro último.</p> <p>A luta das entidades de defesa dos moradores de Brasília Teimosa culminou com a construção do Residencial Brasília Teimosa e a consequente ocupação no mês de fevereiro último. Durante o período de luta foram definidos os critérios que seriam seguidos no momento da seleção dos contemplados com a moradia. Todavia, os critérios definidos estão sendo descumpridos e causando desentendimentos de toda ordem entre os moradores.</p> <p>Finalmente, cumpre ressaltar que a Audiência Pública no âmbito da Comissão de Defesa da Cidadania e com a participação de entidades que representam os habitantes do residencial e de representantes de órgãos públicos, deverá ser realizada com a maior brevidade possível, para que conjuntamente, possam buscar uma solução capaz de dirimir todas as dúvidas relacionadas aos critérios utilizados para a ocupação do conjunto habitacional e, ainda, evitar conseqüências mais graves, em razão dos desentendimentos e das acirradas discussões que frequentemente acontecem no local.</p> <p>Tendo em vista a sua relevância e alcance social, conclamamos aos Ilustres Parlamentares que compõem esta Casa Legislativa pela aprovação da presente proposição.</p>
Sala das Reuniões, em 22 de maio de 2006

Nelson Pereira Deputado
Sala das Reuniões, em 22 de maio de 2006
Nelson Pereira Deputado

Portaria

PORTARIA N° 375

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 065586/2006, do Deputado Roberto Leandro,

RESOLVE: alterar a gratificação de Representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo a 1º de maio do corrente, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.347/03.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
ANA BEATRIZ MARTINS DE LIMA	Secretário Parlamentar/ PL-SPC	93%	75,45%
BARTIRA RODRIGUES DE SOUZA	Secretário Parlamentar/ PL-SPC	93%	66%
EMANUELINA RODRIGUES DE SIQUEIRA	Secretário Parlamentar/ PL-SPC	93%	66%
FERNANDO ANTÔNIO DO NASCIMENTO	Secretário Parlamentar/ PL-SPC	93%	66%
FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA	Secretário Parlamentar/ PL-SPC	45,20%	32%
PAULO FERNANDO SOBRAL	Secretário Parlamentar/ PL-SPC	90%	66%
ISABELLA SOUSA DE MEDEIROS	Assessor Especial/ PL-ASC	22,47%	11,35%

Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 03 de maio de 2006.
Deputado JOÃO NEGROMONTE Primeiro Secretário
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)